

Economista Nilson Araújo alerta:

“Submeter-se à União

Europeia será a morte da indústria nacional”

HORA DO POVO
ANO XXIX - Nº 3.714 3 e 4 de Julho de 2019



‘Acordo’ é desastroso para a economia da América do Sul, avalia

Não há “razão para comemoração a não ser por parte da União Europeia, porque, para ela, o acordo é um grande feito, afinal eles conseguiram impor ao Mercosul as condições que sempre quiseram”, afirma o economista Nilson Araújo de Souza, doutor em economia pela Universidade Autónoma do México (Unam) e pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Para ele, o acordo é lesivo aos interesses do Brasil e do Mercosul e vai provocar uma forte desindustrialização na região sul-americana. **Página 2**



Governo quer passar as refinarias da Petrobrás a estrangeiros, diz Siqueira

Para o diretor da Aepet Fernando Siqueira, refino no país será estrangulado

Goulart pede que governo explique cocaína: “E se fosse uma mala de explosivos?”
João Vicente Goulart, presidente do Instituto João Goulart e ex-candidato à Presidência da República em 2018, afirmou que considera “um absurdo a pouca importância que se deu à segurança no embarque de cocaína no avião presidencial”. “Podiam ser explosivos”, afirmou Goulart ao cobrar esclarecimentos do governo. **P 3**



Ato no Rio de Janeiro, na praia de Copacabana, foi esvaziado, assim como o da Avenida Paulista, em SP

Mais pano do que gente

Em declínio, Bolsonaroistas e MBL se estapeiam no Rio, S. Paulo e Belo Horizonte

O murchamento das manifestações bolsonaristas, no último domingo, parece um plano inclinado (para baixo) que, se não é ainda irreversível, pelo menos é muito difícil de reverter. Também, depois que Bolsonaro declarou, sobre os 39 kg de cocaína apreendidos em sua comitiva no exterior, que “acontece em qualquer lugar do mundo, em qualquer instituição”, era preciso um grau extra de maluquice para ir a essas manifestações. Dessa vez, é bom lembrar, grupos que foram contra a outra manifestação bolsonarista (MBL, Vem Pra Rua), convocaram os atos. Teria sido melhor para eles se continuassem fora. Não conseguiram reunir grande coisa e ainda tiveram que sair no tapa com facções bolsonaristas mais ortodoxas – isto é, mais fanáticas ou mais imbecis. **Página 3**

O governo anunciou na sexta (28), através da diretoria da Petrobrás, a primeira fase do seu plano de entrega das refinarias brasileiras, com o qual Bolsonaro e seu preposto na estatal, Roberto Castello Branco, pretendem repassar à iniciativa privada metade da capacidade nacional de refino. Para Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), essas vendas trarão consequências muito ruins para o país e para a Petrobrás. Siqueira argumenta que nenhuma grande petroleira no mundo se desfaz de suas unidades de refino, que são as partes mais rentáveis desses conglomerados. “Quando o barril de petróleo se depreciou e chegou a custar apenas US\$ 40, quem salvou o fluxo de caixa da estatal foi o setor de refino”, disse ele. “Vender as refinarias significará um golpe na saúde financeira da Petrobrás”, acrescentou o engenheiro. **Página 2**

Duratex fecha a fábrica da Deca no RS e demite 480 de uma vez

A Duratex, fabricante da marca de louças e metais Deca, fechou sua unidade em São Leopoldo (RS) e demitiu 480 funcionários. O fechamento da fábrica foi confirmado nesta segunda-feira (1) por meio de nota. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Vidros e Cerâmicas do RS (STIVIDRO-RS), que acompanhou as demissões desde o início do dia, as dispensas atingiram todos os empregados. “A empresa demitiu todos os funcionários registrados na Duratex de São Leopoldo, de gerente a auxiliar de limpeza”, afirmou o presidente da entidade, Clecio Ramiro de Lara. **P 5**

Nova queda na previsão do PIB de 2019: 0,85%

Pela 18ª vez consecutiva no governo Bolsonaro, o Boletim Focus do Banco Central (BC) reduziu a expectativa de crescimento da economia para o ano de 2019. No relatório divulgado nesta segunda-feira (1), a previsão caiu de 0,87% para 0,85% de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). **P 2**

REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Seis meses de paralisa geral e governo só fala em Previdência”, cobra governador Paulo Câmara

“Quem tem como pauta única a reforma da Previdência é o Governo Federal. Nós governadores estamos lidando com seis meses de paralisa em todas as áreas, e precisamos encontrar caminhos”, afirmou o governador de Pernambuco. **P 3**

“Não sejamos abestados, o tratado Mercosul-UE devasta a indústria”, afirma Ciro Gomes

“É possível entender porque, sob o ponto de vista industrial este acordo pode ser devastador para o Brasil”, afirma o vice-presidente do PDT, Ciro Gomes, ao criticar as comemorações de Bolsonaro pela assinatura do acordo. **P 3**

Ilido: Guedes não entende nada de gás e quer vender tudo

Previsão para alta do PIB cai pela 18ª vez

Pela 18ª vez consecutiva, os representantes do mercado financeiro consultados pelo Boletim Focus, do Banco Central (BC), reduziram a expectativa de crescimento da economia em 2019.

No relatório divulgado nesta segunda-feira (01), a previsão caiu de 0,87% para 0,85% de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2019.

O boletim Focus é semanal e reúne as apostas de executivos de 100 instituições para a economia e mercado. A previsão divulgada para o PIB, contudo, constitui a mediana das apostas – o que significa que metade dos consultados acredita que o resultado será ainda pior. O PIB é soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve de índice para evolução da economia.

O ano começou com promessas de recuperação econômica por parte de Bolsonaro e seu guru econômico Paulo Guedes. Na época, a previsão de crescimento era de 2,53% no primeiro boletim do ano, datado de janeiro.

O quadro agravado de desemprego, queda na produção, varejo e serviços – evidenciado pelos dados oficiais do primeiro trimestre – passaram a indicar o contrário e as previsões começaram a literalmente tombar após a divulgação pelo IBGE de PIB negativo (0,2%) nos primeiros três meses do governo Bolsonaro, na comparação com o trimestre anterior.

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) não descarta um novo ciclo recessivo em 2019, considerando o “alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletindo nos baixos níveis de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego”. Ainda menos otimistas que a metade dos representantes do mercado, o BC reduziu, em seu Relatório de Inflação Trimestral a previsão de crescimento da economia de 2% para 0,8% em 2019.

A mesma revisão foi feita também pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que, assim como o BC, previa em março crescimento de 2% em 2019. Agora, admitindo que ao menos o PIB da indústria já está “em recessão”, o instituto prevê variação também de 0,8%, o pior desempenho dos últimos três anos.

PRISCILA CASALE

Subemprego e desalento atingem recorde em maio

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) divulgada na sexta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a população subutilizada e o número de desalentados no país atingiram recorde da série histórica da pesquisa no trimestre encerrado em maio de 2019.

A população subutilizada – que soma desempregados, aqueles que trabalham menos horas que gostariam fazendo “bicos” e os desalentados (que simplesmente desistiram de conseguir emprego depois de uma longa procura) – cresceu 24,6% no trimestre anterior para 25% no período. Em números, 28,5 milhões de pessoas se encontram nessas condições. Isso significa que 1 em cada 4 brasileiros em idade de trabalhar está desempregado, trabalhando menos horas do que gostaria ou simplesmente desistiram de trabalhar.

“A população subutilizada é recorde da série iniciada em 2012, com alta em ambas as comparações: 2,7% (mais 744 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e 3,9% (mais 1.066 mil pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2018”, informou o IBGE.

A taxa de desemprego do país no pe-

ríodo de março-abril ficou em 12,3%. São 13 milhões de brasileiros que, nos 30 dias antecedentes à pesquisa, estavam procurando trabalho sem sucesso.

Apesar da taxa ter apresentado queda frente ao trimestre passado – quando foi estabelecida em 12,7% – e da taxa de ocupação ter se mantido estável no período, o IBGE atribui a redução do número de desempregados ao crescimento recorde de trabalhadores na informalidade, ou seja, aqueles que trabalham em subempregos ou por conta própria sem nenhuma garantia.

Informalidade é a maior já registrada. Considerando a soma dos trabalhadores por conta própria e dos que trabalham sem carteira assinada, o número chegou a 35,4 milhões – o maior já registrado pela série histórica do IBGE.

Detalhando, os que não tem registro (11,4 milhões de pessoas) equivalem a aproximadamente 18% de toda a população ocupada em maio. Sobre o mesmo trimestre do ano anterior, esse contingente cresceu 3,4% (mais de 372 mil pessoas).

Leia mais: <https://horadopovo.org.br/subemprego-e-desalento-atingem-recorde-historico-em-maio-diz-ibge/>.

“Adesão do Mercosul à UE vai dizimar a indústria nacional”

Foto: HORA DO POVO



Nilson Araujo: “Este é um grande acordo para a União Europeia”



“Distribuição de gás natural no Brasil não está nas mãos da Petrobrás”

Ildo Sauer denuncia falácia do governo sobre a queda no preço do gás natural

O governo Bolsonaro/Guedes acaba de impor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a decisão de concluir o esquiteamento e a venda para grupos monopolistas estrangeiros de toda a estrutura de produção e distribuição de gás natural montada no país nas últimas décadas. A essa operação criminosamente de desmonte do patrimônio público eles estão dando o pomposo nome de “liberalização do mercado de gás natural no país”.

Segundo Paulo Guedes, “as medidas levarão a uma quebra de dois monopólios, na produção e na distribuição de gás, o que deve baixar o preço da energia”. “Uma queda de 40% no custo da energia”, apontou o ministro, que, em viagem recente ao EUA, prometeu vender tudo o que for público no Brasil. “Estamos vendendo tudo”, disse ele, em jantar oferecido por Bolsonaro a setores da direita americana, durante a viagem dos dois àquele país.

Para o professor Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia da USP (IEE) e ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás, “os números apresentados por Paulo Guedes sobre o setor de gás natural significam duas coisas. Uma que o ministro vive totalmente fora da realidade, ou seja, num mundo de fantasia, que não tem nada a ver com a indústria do gás natural do país, e a outra, é que, com essas afirmações, ele demonstra que não entende absolutamente nada sobre o assunto que está falando”.

“O ministro precisa explicar como fez essas contas sobre os preços do gás. Como chegou a esses números e a essas reduções de preços?”, cobrou o especialista. “Não haverá redução de preços”, denuncia. Ildo Sauer acrescentou que “os monopólios que, segundo Guedes, seriam quebrados, para que houvesse a suposta queda dos preços, simplesmente, não existem”.

“A Petrobrás não detém monopólio nenhum a ser quebrado. É tudo mentira deste governo ultraliberal”, denunciou.

PRODUÇÃO

Além da Petrobrás, o país tem cerca de 30 outras empresas que produzem gás natural. A estatal, logicamente, pelo nível de investimento

que realiza na extração de petróleo e gás, responde pela maior parte da produção. Em abril, por exemplo, cerca de 98% do gás natural produzido no Brasil foi fruto do trabalho da Petrobrás.

E na produção da Petrobrás que o governo quer mexer. A ideia é passar tudo para a iniciativa privada, de preferência estrangeira. “Abrir o mercado”, segundo Guedes, é entregar para os monopólios privados tudo o que a Petrobrás construiu.

As empresas, como a Total E&P do Brasil, Shell Brasil, Petro Rio Jaguar, Equinor Brasil e Queiroz Galvão, estão há muito tempo liberadas para investir e ampliar a sua produção de gás no Brasil. Não há nenhuma restrição aos seus investimentos na produção de gás natural. No entanto, juntas elas são responsáveis por cerca de 1,5% do total da produção nacional.

Elas não investem um milésimo do que fez a Petrobrás nas últimas décadas, e continua a fazer, no setor de produção de gás. Essas empresas privadas estão livres para concorrer à vontade, não há monopólio nenhum e nem restrições aos seus investimentos.

Portanto, o problema não é a necessidade de quebrar um monopólio que não existe. O que existe são os investimentos da Petrobrás.

DISTRIBUIÇÃO

Ildo Sauer reafirma que não há monopólio da Petrobrás na distribuição do gás natural no Brasil, como quer fazer crer o governo. “A distribuição de gás natural no Brasil não está nas mãos da Petrobrás como afirma o ministro Guedes”, ressalta o professor. “Os três principais mercados de gás natural do país, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais estão nas mãos de grupos privados”.

A Petrobrás quase não tem participação nas empresas estaduais. O estado de São Paulo é o único abastecido por mais de uma companhia.

As empresas estaduais são: Sulgás (RS), SCGAS (SC), Compagas (PR), MS-GÁS (MS), Goiásgás (GO), Rongas (RO), CEBGAS (DF), MTGás (MT), Cigás (AM), Gás do Pará (PA), Gasap (AP), Gasmar (MA), Gaspisa (PI), Cegás (CE), Copergás (PE), Potigas (RN), PBGAS

(PB), Bahiagás (BA), ALGÁS (AL), Sergas (SE), Gasmig (MG), Comgas (SP) e Gas-Brasilião (SP), Ceg (RJ), Ceg Rio (RJ) e Gas Natural Fenosa (SP) – as três últimas compõem a Naturgy.

GASODUTOS

Sobre o transporte é a mesma coisa, avalia Ildo Sauer. “Os gasodutos, que eram da Petrobrás foram vendidos. Agora eles passaram a ser alugados pela própria Petrobrás junto a empresas privadas” observou. “Também não há monopólio da Petrobrás nos transportes”.

O professor lembra que no transporte de gás também não há monopólio nenhum. “A Petrobrás foi obrigada a vender suas redes de gasodutos e passou a ter que pagar para empresas privadas estrangeiras para transportar o gás produzido por ela”.

“Não há, portanto, também na área de transporte de gás, monopólio da Petrobrás a ser quebrado”, destaca. “Isso é uma falácia”, observa o professor. “O ministro, portanto, está em outro mundo que não o nosso quando diz essas idiotices”, afirma o professor da USP. “O ministro Guedes tem que explicar a quem vai fazer os investimentos pesados que são necessários para a ampliação do setor”, cobrou Sauer.

“Os gasodutos estão transportando gás natural e não há ociosidade. Há contratos firmados. A Petrobrás está pagando para transportar o gás produzido por ela”, acrescentou o professor. “Para ampliar o mercado de gás no país serão necessários mais gasodutos, mais investimentos em infraestrutura de escoamento da produção para que o gás possa ser levado até as áreas de consumo”, disse o engenheiro.

“Se o que eles quisessem fosse realmente ampliar o mercado e o volume de gás natural transportado, teriam que estar discutindo os investimentos necessários para essa ampliação. E não vir com essa conversa de quebra de monopólios que não existem”, advertiu Sauer.

S. C. Veja a matéria na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.org.br/guedes-nao-entende-nada-de-gas-natural-e-quer-vender-tudo-denuncia-ildo-sauer/>

Economista Nilson Araujo de Souza alerta que submissão do Brasil à União Europeia é a morte da indústria nacional

O governo Bolsonaro e dos demais países do Mercosul – Paraguai, Uruguai e Argentina – anunciaram na sexta-feira (28) a assinatura de um acordo de comércio entre o Bloco Sul Americano e a União Europeia (UE).

O acordo, que vinha sendo discutido há cerca de 20 anos, resultará numa área de 32 países, com população de 750 milhões de pessoas, um PIB de US\$ 17 trilhões, e facilitará o acesso de produtos industriais da Europa na América do Sul e, em menor escala, de produtos agrícolas do Mercosul nos países da União Europeia.

Para o economista Nilson Araujo de Souza, doutor em economia pela Universidade Autônoma do México (Unam), pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), o acordo é lesivo aos interesses do Brasil e do Mercosul. “Não há razão para comemoração a não ser por parte da União Europeia, porque, para ela, o acordo é um grande feito, afinal eles conseguiram impor ao Mercosul as condições que sempre quiseram”.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO

“Este é um grande acordo para a União Europeia, e, particularmente, para quem hegemoniza a União Europeia, que é a Alemanha. Não é um bom acordo para os países do Mercosul. A prevalecer essas condições, a tendência é completar-se a desindustrialização regional”, alertou o economista.

“Eles sempre quiseram impor que os países da América Latina cedessem na abertura para os seus produtos industrializados e não cediam nada nas reivindicações feitas pelos países do Mercosul”, apontou o professor.

Segundo Nilson Araujo, “o Brasil já vinha sofrendo esse processo de desindustrialização há algum tempo”. “Principalmente em função da chamada abertura econômica e comercial praticada a partir dos anos noventa pelas políticas neoliberais. Se subsidiava na prática a importação de produtos industriais de fora. Eles chegavam aqui mais baratos – a indústria local não conseguiu competir – e se quebrou a indústria brasileira”, observou o economista.

Nilson, que é membro da Comissão Política e do Comitê Central do PCdoB, compara o acordo atual com o que foi proposto pelos EUA no início dos anos dois mil aos países da região. “Esse acordo tem um significado semelhante ao que teria a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), proposta dos EUA para o conjunto da América Latina. Se ele tivesse sido assinado naquela época, teria se completado a destruição da indústria local”, afirmou.

“O Brasil na época já vivia um processo de destruição de sua indústria”. Houve, segundo o professor da Unila, uma reação muito forte do Mercosul e da Venezuela, que terminou breando a assinatura da Alca. “Esta recusa em aderir à Alca deu mais um fôlego para a economia da região, mas, como permaneceram as políticas de abertura comercial, a desindustrialização continuou”, avaliou.

“No Brasil hoje, por exemplo, a participação da indústria de transformação no conjunto da produção de bens e serviços, está em torno de 10%. Já foi de um terço na década de 1980”, avaliou Nilson. “No Brasil, que é a economia mais forte da região, a indústria está sendo dizimada, imaginem nos demais países, particularmente na Argentina, que é a segunda economia da região do Mercosul”, salientou.

“Então”, acrescentou o professor, “essa discussão do acordo entre o Mercosul e a União Europeia vinha desde 1999, foi paralisada em 2003, quando Lula assumiu o governo, e foi retomada em 2010, durante o governo Dilma, por pressão da União Europeia. Foi retomada, mas não avançou. E não avançou porque

a Europa não abria mão de absolutamente nada dos seus interesses comerciais e queria que o Mercosul abrisse mão de seus interesses comerciais. Agora, o processo se completa no governo Bolsonaro”.

ABERTURA INDISCRIMINADA

Para o especialista, “o que a Europa quer com esse acordo é que se isente de impostos de importação e se faça uma franca abertura para produtos industriais, particularmente para produtos da indústria de ponta, para os serviços, principalmente serviços de tecnologia mais avançada, para as compras governamentais, para propriedade industrial e investimentos”, explicou.

“Eles querem também que seus investimentos na região não tenham nenhum controle por parte dos governos da região”, alertou Nilson. “É um tipo de acordo”, prosseguiu o professor, “que os EUA já fizeram com o Canadá e com o México, em que as empresas americanas que se instalam nesses países não se subordinam à legislação local. Estão querendo algo semelhante. É, ao mesmo tempo, eles não abrem praticamente nada do seu mercado”.

Ele alertou para a farsa da redução de tarifas. “A UE diminui as tarifas de importação, mas só que a principal forma de proteção hoje, que vem sendo adotado em boa parte do mundo, particularmente na Europa e EUA, não é a proteção tarifária, não é a barreira tarifária”, denunciou Nilson.

“As barreiras tarifárias diminuiram no mundo inteiro, em função dos acordos da Organização Mundial do Comércio. A principal proteção são as barreiras não tarifárias, que se manifestam principalmente em subsídios e em cotas, e também em barreiras sanitárias e fito-sanitárias”, salientou o professor.

BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS

“Na União Europeia, há barreiras não tarifárias muito fortes para produtos industriais, que o Mercosul poderia exportar para lá, mas principalmente para os produtos agrícolas do bloco. Estas barreiras se dão sob a forma de subsídios e cotas”, denunciou. “Medidas que eles chamam de antidumping”, explicou Nilson Araujo. “Na verdade, não há dumping algum por parte do Mercosul. O que há é a maior produtividade na produção agropecuária, mineração e certos produtos industriais, como o aço”, disse.

“Eles não abrem mão dos subsídios que são gigantescos na Europa. Além dos subsídios de cada país – a França é um dos que mais subsidiam sua agricultura –, há os subsídios coletivos, do conjunto da Europa, em função da chamada Política Agrícola Comum”, prosseguiu.

Segundo o economista “só em subsídios, dentro da Política Agrícola Comum, sem contar os subsídios de cada país, o valor total gira em torno de 60 bilhões de euros”. “Alegaram que não abririam mão desses subsídios nas negociações com o Mercosul, mas os negociariam nas rodadas da OMC, mas, nessas rodadas, mantiveram a intransigência, repetindo o exemplo dos EUA nas negociações da Alca. Liberam um pouco aqui e ali, mas mantêm o essencial”, advertiu Nilson.

O economista, que atualmente é diretor da Fundação Claudio Campos, avalia que “esse acordo implica em o Mercosul abrir mão de seu mercado para produtos industriais, serviços e compras governamentais da União Europeia e a UE praticamente não abrir mão de nada, porque o que ela cede em termos de tarifas não resolve para os produtos da nossa região”. “Isso porque eles têm a barreira não tarifária. A prevalecer isso, significa completar a desindustrialização da região”, apontou

SÉRGIO CRUZ

Veja a matéria na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.org.br/submeter-se-a-uniao-europeia-e-a-morte-da-industria-nacional-alerta-nilson-araujo/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.F.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAIS:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hjri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Atos fracos de domingo frustram organizadores



STF
Professor de Engenharia Aeronáutica

Professor do ITA: “venda da Embraer faz o Brasil retroagir à década de 50”

O professor de Engenharia Aeronáutica do ITA e Avião da Força Aérea Brasileira (FAB), Wagner Farias da Rocha, fez uma contundente denúncia, embaçada, segundo ele próprio, em argumentos eminentemente técnicos, sobre o grave crime que representa para o país a venda da Embraer para a norte-americana Boeing. Para ele, o “negócio” não significa a criação de nenhuma Joint Venture, mas sim um plano consciente de destruição, por parte da Boeing, de uma empresa concorrente nacional que vinha, por sua alta capacidade tecnológica, tomando cada vez mais seus espaços no disputado mercado de aviação mundial.

Ele alertou que, com a transferência, “o Brasil vai perder a capacidade de projetar aviões, retroagindo ao estágio tecnológico que tinha na década de 1950”. “Esse ponto de vista estou apresentado por dever de consciência, como cidadão brasileiro, sem nenhum vínculo com qualquer organização pública ou privada”, afirmou o professor.

Rocha alertou para o “complexo de vira-lata” brasileiro, segundo o qual tudo que vem de fora é melhor. Segundo ele, “o que vai sobrar” da Embraer não permitirá mais que a empresa desenvolva e fabrique aeronaves.

Seu pronunciamento se deu na Audiência Pública sobre a venda da Embraer, realizada no Supremo Tribunal Federal, em 28 de setembro do ano passado. Pela importância e a atualidade do tema, e o pelo fato deste depoimento importantíssimo do Avião da FAB ter passado à época sem o nosso devido registro, reproduzimos o vídeo com a sua apresentação.

Principalmente agora, que a bajulação da trupe bolsonarista aos países centrais, particularmente aos EUA, e a seus decadentes monopólios está se radicalizando, o alerta do especialista do ITA sobre os danos causados ao país pela venda da Embraer, ganha ainda mais importância e urgência.

Além do engenheiro avião Wagner Farias, também participaram da audiência os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Aristeu César Pinto Neto e Herbert Claros da Silva.

Cabe aqui o registro de que este pronunciamento do militar da FAB e professor de Engenharia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica está também veiculado no site do **Instituto Presidente João Goulart**, de onde tomamos a liberdade de reproduzi-lo aqui no HP.

Ver o vídeo em www.horadopovo.org.br

Ministro da Educação se enrola com “acepipes” e “asseclas”

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a fazer confusão com as palavras. Dessa vez, ao invés de “asseclas” – que significa seguidores, sequaz – chamou os petistas de “acepipes”, que significa aperitivo, petisco.

“Tranquilo os ‘guerreiros’ do PT e de seus **acepipes** o responsável pelos 39 kg de cocaína: NADA tem a ver com o Governo Bolsonaro”, disse.

Em maio, durante discurso no Senado Federal no qual quis provar a robustez de seu currículo acadêmico, tentou citar o escritor Franz Kafka, mas acabou por confundir-lo com o tradicional prato árabe chamado kafta.

“Eu sofri um proces-

Bolsonaro quer vender pulseirinhas de nióbio

Em sua viagem ao Japão, para acompanhar a cúpula do G20, Jair Bolsonaro chamou a atenção pela propaganda gratuita de um colar e outras bijuterias de nióbio.

Ele fez uma transmissão ao vivo pelo Facebook, na qual exibiu um colar (valor de US\$ 1 mil), dois talheres (US\$ 600) e um pingente (US\$ 150) feitos artesanalmente, segundo ele, para demonstrar as potencialidades econômicas do material. Os produtos foram adquiridos durante a viagem.

“A vantagem em relação ao ouro são as

so administrativo interno, mas, durante um ano e oito meses, eu fui investigado, processado e julgado. No processo está escrito inquisitorial e sigiloso. Que eu saiba, só a Gestapo fazia isso. Ou no livro do “Kafta” ou a Gestapo”, falou na época.

Através de seu Twitter, o ministro já tinha tentado fazer “piada” com o caso dos 39 quilos de cocaína encontrados no avião da FAB que compunha a escolta de Jair Bolsonaro ao G-20. “No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, disse.

Agora acabou se tornando alvo de uma enxurrada de piadas na internet.

cores que variam e ninguém tem reação alérgica ao nióbio. Isso custa 1.000 dólares, quase 4.000 reais. De ouro, acho que, pelo peso, valeria uns 3.000 reais no Brasil”, disse Bolsonaro, tendo ao lado o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e o secretário-geral do Itamaraty, Otávio Brandelli.

Os usuários da internet não perdoaram a exibição, com clima de programa de vendas na TV. Vários deles compararam Bolsonaro com os vendedores de bijuterias dos canais de vendas.



Reprodução/Twitter
Grupos se hostilizaram e se agrediram durante as manifestações

Bolsonaristas e MBL se estapeiam em São Paulo e na praia de Copacabana

A presença de carros de som e de integrantes do movimento MBL na manifestação esvaziada de apoio ao governo Bolsonaro, na praia de Copacabana, no domingo (30), está sendo criticada por boa parte dos seguidores de Bolsonaro e causou um grande tumulto que só foi contido com a intervenção da polícia.

O clima contra o MBL estava tenso e eleitores do Bolsonaro que não fazem parte do movimento fizeram questão de gritar “traidores” e “vendidos” ao passar pelos carros de som patrocinados pelo movimento antes liderado pelo hoje deputado federal Kim Kataguiri. Manifestantes contra o MBL estavam decididos a expulsá-los da manifestação, mas foram impedidos por policiais.

Eles criticam o MBL porque eles não compareceram à última manifestação de apoio ao presidente Bolsonaro. Um dos manifestantes defendeu

“Não sejamos abastados, tratado Mercosul-UE devasta a indústria nacional”, afirma Ciro Gomes

O vice-presidente do PDT e ex-ministro Ciro Gomes criticou as comemorações de Bolsonaro e governistas pela assinatura do acordo do Mercosul com a União Europeia (UE).

“Muito barulho entre os governistas sobre a velocidade com que, em menos de seis meses de governo, Bolsonaro logrou concluir o tratado de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, afinal, estas negociações “se arrastavam há mais de 20 anos”. Pode ser... Mas é muito importante que coloquemos dois pés atrás antes de comemorarmos qualquer coisa para além desta

Moro contra as revelações feitas pelo site Intercept e afirmou que “os fins justificam os meios”.

De cima do carro de som, representantes do MBL criticaram a “divisão que a direita quer fazer” e tentaram calar seus críticos colocando músicas em linha com os apoiadores de Bolsonaro. Não adiantou. As agressões aos seus integrantes continuaram.

Em uma das mensagens de Sérgio Moro a Deltan Dallagnol, ele chama os membros do MBL de tontos. O então juiz federal disse que “alguns tontos daquele MBL” fariam protesto na frente da casa de Terori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo, e reconhecendo que isso “não ajuda evidentemente”, pediu que Dallagnol intercedesse.

“Consta ali um termo que não sei se usei mesmo, acredito que não, pode ter sido adulterado, mas queria assim pedir

pseudovelocidade: em matéria de entendimentos internacionais quase sempre a pressa é inimiga da perfeição”, escreve Ciro em artigo avaliando a assinatura do acordo (O tratado Mercosul-União Europeia).

“Por que este tratado demora tanto? Resposta óbvia: porque há uma brutal confusão de interesses envolvidos. Vejamos os principais: agricultura e pecuária versus indústria; interesse estratégico de Brasil versus Argentina e demais companheiros de Mercosul; mortal assimetria na competitividade sistêmica entre os dois blocos econômicos”.

Goulart cobra explicações para episódio da cocaína que “enxovalhou o Brasil”

João Vicente Goulart, presidente do Instituto João Goulart (IPG), e ex-candidato à Presidência da República em 2018, afirmou que considera “um absurdo a pouca importância que se deu à segurança no embarque de cocaína no avião presidencial”.

“Podiam ser explosivos”, avaliou Goulart, ao comentar o episódio da prisão, na terça-feira (25), em Sevilha, na Espanha, do sargento

integrante da escolta do presidente, com 39 quilos de cocaína na bagagem.

“Há que se destacar que 39 kg não é para consumo de bordo”, ponderou João Vicente. “Ninguém desce em um aeroporto internacional com esse carregamento, se não tivesse certeza da impunidade, da proteção de alguém acima de um sargento”, prosseguiu.

João Vicente cobrou

minhas escusas, se eu eventualmente utilizei (o termo)”, disse o ministro, tentando concertar o que tinha falado antes, mesmo afirmando que não reconhecia a veracidade da mensagem.

Agressões em S. Paulo

Em São Paulo, a manifestação na Avenida Paulista também teve confusão entre partidários do PSL, partido do presidente, e o MBL, movimento que participou ativamente do impeachment de Dilma Rousseff.

Segundo o site do movimento, alguns de seus integrantes foram agredidos durante a manifestação. “Foram agredidos na presença de seus familiares, reclamou o responsável pelo site.

“Alguns desses agressores foram identificados como assessores do PSL em SP”, acrescentou um membro do movimento. No twitter, o MBL parabeniza a Polícia Militar por deter os agressores.

“A ideia de livre comércio deve guiar os esforços da humanidade, não tenho reservas a isto, mas, não sejamos abastados, como diria Tiririca: a taxa de juros que financia o industrial europeu é menor que um sexto daquela que financia o industrial brasileiro, a sofisticação tecnológica média do produto europeu é, pelo menos, três gerações na frente do produto industrial brasileiro médio, a indústria europeia compete com larga escala em sua oferta, no Brasil, 7 em cada 10 empregos são oferecidos por pequenas empresas. (...)”

Integra do texto em www.horadopovo.org.br

Atos menores mostram que agenda autoritária não tem respaldo social

ORLANDO SILVA (*)

Diante do que esperavam os organizadores, fracassaram os atos em defesa do governo e da Lava-Jato. Foi o que se viu nas ruas do país neste domingo: mesmo com o reforço de grupos como o MBL e o Vem Pra Rua, as manifestações foram bem inferiores as de 26 de maio, que por sua vez já davam sinais de refluxo.

Além da adesão menor, a verdade é que os

atos mais relevantes estão ficando circunscritos aos estados do centro-sul e o perfil dos manifestantes representativo apenas das elites. A mídia fala em manifestações em 70 cidades, pouco se compararmos com as mobilizações em defesa da educação – e, por extensão, contra o governo –, que ultrapassaram 1 milhão de pessoas e atingiram mais de 200 municípios.

É claro que Bolsonaro e Moro se apressaram

em cantar vitória, não o fazer seria equivalente a admitir que o grito das ruas não passou de sussurro. Pior: seria atestar que o governo perde popularidade rapidamente, como mostram as pesquisas, e que as denúncias de ilegalidades cometidas pelo juiz e por promotores na Lava-Jato atingiram em cheio a imagem da operação e de seu principal agente.

Integra do texto em www.horadopovo.org.br

(*) Deputado federal

Pancadaria rolou em São Paulo, Rio e BH

O murchamento das manifestações bolsonaristas, no último domingo, parece um plano inclinado (para baixo) que, se não é ainda irreversível, pelo menos é muito difícil de reverter.

Também, depois que Bolsonaro declarou, sobre os 39 kg de cocaína apreendidos em sua comitiva no exterior, que “acontece em qualquer lugar do mundo, em qualquer instituição”, era preciso um grau extra de maluquice para ir a essas manifestações.

Se é normal (pois, acontece em qualquer lugar do mundo, em qualquer instituição) encontrar 39 kg de cocaína no avião ou na escolta presidencial, imagine só o leitor em uma manifestação para apoiar quem acha isso normal!

Não é que tenha cocaína lá – mas, quem está dizendo que isso acontece em qualquer lugar é o Bolsonaro.

Nem vamos falar de todo o barril de coisas reacionárias pela qual a manifestação foi convocada, porque é inútil. Segundo uma das organizadoras das manifestações, o objetivo era apoiar qualquer medida que Bolsonaro propor – acabar com a previdência pública, liberar armas para os latifundiários e suas milícias, qualquer coisa.

Daí, a inclusão, por alguns grupos, do fechamento do Congresso e do STF porque “nós percebemos que hoje há uma tendência muito grande de combater à qualquer medida que o presidente Bolsonaro proponha”.

E verdade. Principalmente porque ele só propõe coisas contra o povo, contra a democracia e contra o país – e quer implantá-las na marra, passando por cima da lei, do Legislativo e do Judiciário.

Como disse até mesmo um jornal que não pode ser acusado de tendências comunistas, depois das manifestações de domingo:

“Quando um governo comete agressões sistemáticas à Constituição, que o presidente da República jura respeitar quando toma posse, deve-se deixar claro que se trata de uma atitude inaceitável. A qualidade da democracia sofre considerável degradação quando um presidente, por exemplo, se julga no direito de editar medidas provisórias e decretos que desrespeitam de maneira cristalina diversos dispositivos constitucionais. Ademais, tal atitude inconsequente tende a causar natural reação dos demais Poderes, com vista a restabelecer a normalidade institucional ferida pelo voluntarismo presidencial, e isso consome precioso tempo e esforço de autoridades que deveriam estar totalmente dedicadas a resolver os gravíssimos problemas nacionais.

(...) Tal quadro agrava-se quando se alega articular supostos pactos entre os Poderes, mas, na verdade, o que de fato se pretende é submeter as instituições às veleidades de um grupo. Não é assim que a democracia representativa funciona.

(...) Além disso, não se pode fechar os olhos quando a necessária imparcialidade no exercício do poder, demanda de qualquer democracia digna do nome, perde espaço para as relações familiares e de amizade, tornando as decisões emanadas desse núcleo tão imprevisíveis como desastrosas. Esses obscuros critérios de governança acabam por permitir que o governo seja tomado por tipos exóticos e adutores ansiosos para dar sentido a decisões destrambelhadas e desimportantes, tomadas ao sabor de conveniências inalcançáveis para os cidadãos” (O Estado de S. Paulo, 01/07/2019).

A última manifestação bolsonarista, em outro domingo, 26/05, já fora algo crepuscular (v. HP 27/05/2019, **Bolsonaro perde de 7 X 1 dos atos em defesa da Educação**).

A de agora foi minguinte. Em São Paulo, nem o truque de aproveitar o pessoal que faz lazer na avenida Paulista, para aumentar a massa nas fotografias, funcionou. No Rio, foi uma manifestação no Posto 5. Em Belo Horizonte, o ato na praça da Liberdade também foi menor que o último – segundo um dos nossos repórteres, bem menor.

Porém, o mais interessante foi o fracasso delas na maioria (e maioria esmagadora) das cidades do interior de Minas Gerais.

Aliás, nas poucas cidades do interior onde houve, a manifestação bolsonarista foi ridícula.

Havia, em todos os atos, um excesso de bandeiras e faixas – e pouca gente para segurá-las, o que ocasionou um sério problema logístico.

Dessa vez, é bom lembrar, grupos que foram contra a outra manifestação bolsonarista (MBL, Vem Pra Rua), convocaram os atos. Teria sido melhor para eles se continuassem fora. Não conseguiram grande coisa e ainda tiveram que sair no pau (desculpe, leitor, pela chula expressão) com facções bolsonaristas mais ortodoxas – isto é, mais fanáticas ou mais imbecis.

O auge da fossa bolsonarista de domingo foi o discurso do sr. Augusto Heleno, em um dos atos. Segundo ele, “as previsões dos esquerdotapas, dos derrotistas, fracassaram. O presidente do Brasil volta de Osaka devidamente homenageado pelos grandes chefes de Estado do mundo”.

Que será que ele estava esperando? Que a Merkel e o Macron colocassem o Bolsonaro de joelhos em cima de um grão de milho? Porque, fora isso, Bolsonaro apanhou mais que boi ladrão (epal!) – e de gente que não é lá essas coisas (mas, se misturar com Bolsonaro, alto lá! Ai também já é demais). A imagem do encontro no Japão, em que Bolsonaro quase cai da foto, é ilustrativa de seu sucesso no G-20.

Na viagem, Augusto Heleno colaborou bastante com a performance de Bolsonaro. Primeiro, declarou que a polícia espanhola achar 39 kg de cocaína na bagagem de um membro da escolta presidencial foi “falta de sorte” (HP 27/06/2019, **Heleno disse que flagrante da droga no avião oficial foi “falta de sorte”**).

A sorte, portanto, era se a cocaína não fosse descoberta... Heleno é o responsável pela segurança, nas viagens presidenciais (um jornalista comentou, sobre sua declaração: “e se, em vez de 39 kg de cocaína, fosse uma bomba?”).

Além de diagnosticar a “falta de sorte” no tráfico de cocaína, Heleno coadjuvou Bolsonaro na oligofrênica exposição do plano de vender bijuterias de nióbio, um dos minerais mais estratégicos do Planeta, do qual o Brasil tem 95% das reservas mundiais (v. **Bolsonaro quer vender pulseirinhas de nióbio no Japão**).

De volta ao Brasil, foi discursar numa manifestação cujo objetivo é fazer Bolsonaro passar por cima das leis e das instituições.

O sujeito é ministro do Gabinete de Segurança Institucional... Como preza muito a segurança das instituições, resolveu falar em um ato voltado contra o Congresso, contra a Justiça, contra as universidades, contra as escolas, contra a Previdência e contra qualquer instituição que não se submeta completamente, absolutamente, ao grupo de alucinados que estão no governo.

O mesmo governo que tem um chefe cujo prazer maior é infernizar, e depois demitir, generais que, ao contrário dele, fizeram alguma coisa pelo país – Santos Cruz, Franklimer, Paula Cunha.

Para completar, Augusto Heleno usou, em seu discurso, uma linguagem própria do que William Shirer chamou “rufião hitlerista” (v. o seu **Ascensão e Queda do Terceiro Reich**).

Sabe o sr. Augusto Heleno que a Constituição garante a liberdade de pensamento?

Deve saber, mas não deve gostar.

Aliás, indagado, no 14º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), sobre os alucinados no governo, o general Santos Cruz preferiu não tecer comentários: “teria de baixar muito o nível do palavreado ao falar destas pessoas”.

Mas fez um comentário sobre a seriedade do governo: “Nestes meus seis meses de governo, o que vi de dinheiro desperdiçado e dinheiro jogado no ralo é impressionante”.

C.L.

RJ: Procurador é preso por receber propina para alterar trajeto do metrô

“Gordinho” foi preso pela Lava Jato no Rio de Janeiro. E recebeu R\$ 1,2 milhão para fazer a alteração da obra, que passou de R\$ 880 milhões para R\$ 9,6 bilhões

O procurador do estado do Rio de Janeiro, Renan Miguel Saad, foi preso nesta segunda-feira (1º), a pedido da 7ª Vara Federal Criminal, responsável pelos julgamentos em 1ª instância da Operação Lava Jato no Rio. Ele recebeu R\$ 1,2 milhão em propinas para facilitar a alteração do trajeto da Linha 4 do Metrô fluminense para ampliar o valor da obra de R\$ 880 milhões em 1998, para o preço final de R\$ 9,6 bilhões.

O Ministério Público Federal (MPF) apurou que Saad recebeu nove repasses entre 2010 e 2014 em valores que variam de R\$ 90 mil a R\$ 400 mil pelo sistema Drousys da Odebrecht, também conhecido como o “setor da propina” da empreiteira.

O procurador foi preso no apartamento onde mora, em São Conrado, na zona sul da capital fluminense. No imóvel também foram apreendidos bens de Saad, que já se encontram na Superintendência da Polícia Federal.

Os fatos pelos quais o procurador é suspeito remontam ao período em que ele estava lotado como assessor jurídico chefe da Secretaria de Estado de Transportes, nomeado na gestão de Cabral. Ele foi exonerado do cargo em 2012.

No total, Saad teria recebido R\$ 1,265 milhão relacionados à obra da Linha 4 do Metrô do Rio, a Saad. A alteração do trajeto teria beneficiado a empreiteira, que tinha em seu projeto as estações que atendem ao Leblon e Ipanema, com passagem por São Conrado até o destino final na Barra da Tijuca.

A obra da Linha 4 do Metrô do Rio originalmente foi orçada em R\$ 880 milhões em 1998 e tinha como plano passar pelo Humaitá, Jóquei, no Jardim Botânico, até a Gávea, na zona sul da cidade. Seu custo ao longo dos anos foi sendo reajustado e chegou em R\$ 9,6 bilhões.

Parcerias favoráveis de Saad teriam sido “fundamentais” para viabilizar as obras da Linha 4, segundo a investigação. A mudança na construção beneficiou a organização criminosa vinculada ao ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), segundo os investigadores.

O MPF afirmou que localizou em uma empresa de manutenção de depósito de documentos, contratada pela transportadora Transpexpert, registro do pagamento realizado. Esse endereço é exatamente o do escritório de advocacia de Renan Saad, que fica na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio.

Segundo as investigações, Saad recebeu um repasse da empreiteira de R\$ 100 mil que teria sido realizado em dinheiro vivo no escritório de advocacia de Saad.

O Ministério Público Federal afirma que a prisão de Saad foi necessária para colher depoimentos de pessoas subordinadas a ele, “imprescindíveis para apuração de crime de organização criminosa e de lavagem de dinheiro” por intermédio de seu escritório.

De acordo com os procuradores, existem provas da realização de atos praticados por Saad que favoreceram as construtoras ligadas às obras da linha 4 do metrô, em especial no que se refere à mudança do traçado original do metrô e viabilização do pagamento pela aquisição dos equipamentos necessários do TBM (Tunnel Boring Machine) e seus periféricos, o chamado “Tatuzão”.

Segundo a colaboração premia-

da do ex-diretor de contratos da empreiteira Odebrecht, Marcos Vidigal do Amaral, o procurador recebeu R\$ 300 mil em troca de um parecer sobre a Linha 4 que alterava o seu trajeto inicial, além de desvios no uso do tatuzão, que consome por mês R\$ 2,9 milhões mesmo parado.

Os valores de consumo do Tatuzão são reajustados a cada ano. O equipamento, estacionado desde abril de 2016 em uma caverna sob a Rua Igarapava, no Alto Leblon, custava até dois anos atrás R\$ 29,2 milhões. Já os dois canteiros na Gávea custavam R\$ 222.968,57 por mês. Tiveram suas obras interrompidas em março de 2015, consumindo R\$ 5 milhões em recursos.

GORDINHO

No Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, Saad era identificado como “Gordinho”, de acordo com a força-tarefa. Ele foi citado pela primeira vez na Lava-Jato no final de março de 2017, quando foi deflagrada a operação Quinto do Ouro, que mandou prender cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), acusados de terem recebido 1% de propina sobre o valor dos contratos de obras para não incomodar as empreiteiras - reveladas pelo GLOBO no âmbito da Operação Calicute - durante o governo de Sérgio Cabral (2007-2014).

Em nota, Procuradoria Geral do Estado (PGE) informou que “já apura o caso internamente para a adoção das medidas disciplinares cabíveis e que colabora de modo pleno com as investigações do Ministério Público Federal para a apuração dos fatos levantados pela Lava Jato no Rio de Janeiro”.

DEFESA

Na época da colaboração premiada de Marcos Vidigal do Amaral, Saad afirmou que iria processá-lo e pediu à Corregedoria a abertura de procedimento administrativo, alegando que seus atos obedeceram a “padrões éticos e regimentais”.

Segundo Saad, a discussão sobre a expansão do metrô até a Linha Oceânica (Barra) teve início em 2009, ou seja, antes da Odebrecht entrar em 2010 e disse que a aprovação do parecer, que alterava o trajeto inicial da obra, tinha sido realizado por outro procurador.

“Inexistia lógica na versão equivocada e fantasiosa de eu ter recebido vantagem para produzir parecer no qual havia concordado, oficial e publicamente, em fazê-lo”, afirmou em nota na época.

JATINHO DO PEZÃO

Como procurador do Estado, Saad atuou em defesa do ex-governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), também preso pela Lava-Jato, em 2018. Saad pediu para que fosse realizada uma licitação de R\$ 2,5 milhões para que Pezão se locomovesse em um jatinho particular para “evitar episódios de hostilidade”.

O TCE rejeitou o argumento dizendo que a contratação de empresa de transporte aéreo de luxo para deslocamento do Excelentíssimo Senhor Governador não se mostra proporcional ao momento de absoluto caos vivenciado pelo Estado do Rio de Janeiro em suas finanças”.

O pedido de Assad continha ainda uma “Sala Vip” para uso de Pezão, com a oferta de água e lanche antes do embarque, além de banheiro privativo.

Cientistas realizam marcha em São Paulo neste dia 7 de julho

Professores, estudantes e pesquisadores se mobilizam para realizar manifestações e debates no Dia Nacional da Ciência, que acontece no próximo domingo (7). Atividades já estão marcadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC) Ildeu de Castro Moreira, os estudantes e professores devem se unir com o restante da sociedade “para registrar nosso protesto e insatisfação com o quadro da ciência e da educação no país”.

“É fundamental contarmos com um número significativo de membros da nossa comunidade participando das atividades do Dia Nacional da Ciência e de outras manifestações em defesa da educação e da ciência e tecnologia”, afirmou o professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em São Paulo, uma feira de ciências com atividades lúdicas e experimentos científicos para

todas as idades será montada na avenida Paulista a partir das 10h. A partir das 14h os pesquisadores exporão banners de congressos.

Para as 16h está marcada a “Caminhada contra o obscurantismo”, que também acontecerá na Paulista.

Em Belo Horizonte as atividades estão marcadas para o sábado (6). Atividades que variam desde debates até batalhas de robôs, passando pelo lançamento de livros e apresentações teatrais, acontecerão das 9h até as 16h no Centro de Referência da Juventude, no centro da cidade.

No Rio de Janeiro os pesquisadores se encontrarão na Quinta da Boa Vista, em frente ao Museu Nacional, a partir das 10h, para realizar atividades de divulgação científica. Além disso, também será realizada uma manifestação contra o obscurantismo e os cortes na educação.

No Distrito Federal a atividade em defesa da ciência será feita no dia 10 na Câmara dos Deputados. Maiores detalhes serão divulgados durante a semana.



Saad atuava na Secretaria de Transportes durante o governo Sergio Cabral

“Estamos lidando com seis meses de paralisia”, critica Paulo Câmara

O governador de Pernambuco Paulo Câmara (PSB) criticou o governo Bolsonaro (PSL) por ter, segundo ele, como “pauta única” a reforma da Previdência. Para o governador, essa postura bloqueia o desenvolvimento das economias dos Estados.

“Quem tem como pauta única a reforma da Previdência é o Governo Federal. Nós governadores estamos lidando com seis meses de paralisia em todas as áreas, e precisamos encontrar caminhos para o retorno dos investimentos, da geração de empregos e a retomada do crescimento em nossos Estados”, afirmou Câmara.

As declarações do pernambucano foram realizadas após reunião dos governadores nordestinos com os presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e David Alcolumbre, no último 28 de junho, para debater uma inclusão dos estados na reforma da previdência proposta pelo governo Bolsonaro.

Os governadores nordestinos ressaltaram a importância do Congresso Nacional analisar novas fontes de financiamento para os Estados, tendo como ponto de partida pautas que já estão tramitando na Casa. No conjunto de pontos destacados pelos governadores estão a cessão onerosa, o Fundo Social, a securitização da dívida, alterações do Fundo de Participação dos



Governador de Pernambuco, Paulo Câmara

Estados (FPE), Plano Mansueto, entre outros.

“Essa agenda já conta com um bom entendimento do Congresso Nacional e dialoga diretamente com a retomada dos investimentos no nosso País. Vai nos dar mais garantias para reforçar as ações do poder público nas áreas de educação, saúde, segurança e na geração de emprego e renda”, frisou Paulo Câmara.

CONSORCIO NORDESTE

Os governadores nordestinos também se reuniram nesta quarta-feira para aprovação do estatuto do Consórcio Intergovernamental de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, documento que irá reger o funcionamento do órgão. Com esta validação, as regras para o funcionamento da associação pública ficam acordadas entre os consorciados.

A criação do consórcio tem o objetivo de alinhar os estados nordestinos em ações

que beneficiem o desenvolvimento de toda a região, melhorando a qualidade de vida de 46 milhões de brasileiros que vivem no Nordeste. Entre os pontos está a busca por mais investimento internacional.

Segundo o estatuto aprovado, a associação poderá licitar prestação de serviços públicos, realizar estudos técnicos e pesquisas para obtenção de recursos, inclusive internacionais, além de formular sistemas articulados com sistemas estaduais e nacional. O Consórcio Intergovernamental é composto por Assembleia Geral, Presidência, Secretaria Executiva e Conselho Consultivo. O estatuto também garante que qualquer cidadão possa ter acesso aos documentos de execução e pagamentos de contratos celebrados pelo consórcio.

Pedágios aumentam 4,6% em S. Paulo

Na sexta-feira (28), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) anunciou o reajuste nas tarifas de pedágio em 163 praças de 19 concessionárias de rodovias paulistas. As tarifas mais caras estão em trechos do Sistema da Anchieta (Riacho Grande) e Imigrantes (Paraitinga), onde a taxa vai de R\$ 26,20 para R\$ 27,40.

Os novos valores foram definidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado entre junho do ano passado e maio deste

ano. O índice aplicado é de 4,66%, e corresponde à reposição da inflação medida pelo IPCA. O aumento entra em vigor a partir de 0h desta segunda-feira (1).

Desde 1998, início das privatizações das estradas em São Paulo, o reajuste é aplicado todo dia 1º de julho, data estipulada nos contratos de 19 concessionárias de rodovias paulistas.

TRECHOS

A praça da rodovia dos Imigrantes (SP-160) de Diadema, onde não ocorreu aumento no ano passado, sofreu alta de 11,11% neste ano.

No Trecho Leste do Rodanel, apesar do arredondamento também ter zerado o reajuste em 2018, o índice final neste ano ficou abaixo do IPCA, resultando em reajuste de 4%. No trecho oeste, a tarifa vai passar a R\$ 2,10 em todas as saídas. Já no trecho sul, o valor passou de R\$ 3,40 para R\$ 3,50, também em todas as saídas.

Na região da Baixada Santista, a tarifa vai passar de R\$ 7,20 para R\$ 7,60 na rodovia Padre Manoel da Nóbrega e de R\$ 12,20 para R\$ 12,80 na rodovia Cônego Domênico Rangoni.



Ex-diretor da Dersa e operador de propinas está preso em Curitiba

Testemunha contra Paulo Preto entra no programa de proteção às vítimas

A principal testemunha na condenação a 145 anos de cadeia de Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, entrou para o programa federal de proteção. Ela foi ameaçada diversas vezes após a colaboração com a justiça e decidiu abandonar tudo para proteger a família. Apontado como operador de propinas em São Paulo, Paulo Preto responde a outros processos e está preso em Curitiba.

A testemunha entrou para o Provi-ta (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas) após segundas ameaças de morte contra si e sua família. Souza está preso desde a deflagração da 6ª Fase da Lava Jato no Paraná, no desdobramento da Operação Ad Infinitum.

Na segunda-feira (24), a força-tarefa da Lava Jato conseguiu bloquear R\$ 113 milhões de Paulo Preto localizados em um banco de Nassau, nas Bahamas.

Em 2018, no decorrer do processo, Paulo Preto chegou a ser preso por conta das ameaças contra a testemunha e logo, solto alguns meses depois em um habeas corpus concedido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o advogado Emerson Flávio da Rocha, que representa a testemunha protegida, as ameaças continuaram mesmo com a prisão, e a cliente foi incluída junto com toda a família no programa federal de proteção às testemunhas.

“No início deste ano, mesmo após a condenação e o fim do processo, a Justiça permitiu que ela ficasse no programa, onde já estava desde as ameaças sofridas relatadas no processo, dada a gravidade e seriedade das ameaças que sofreu”, afirma Rocha.

AMEAÇAS

A testemunha afirma que pouco após o início das investigações das desapropriações no Rodanel, em 2015, começou a receber as ameaças que atribui a Paulo Preto em função do teor de seus depoimentos. Naquele ano, disse a delatora, um desconhecido a ameaçou na rua.

Tempos depois, foi empurrada por um homem logo após ser demitida da Dersa. A ex-funcionária teria caído no chão e machucado o braço. “Você tem a língua grande”, teria dito o agressor enquanto afastava-se.

Em 2016, outro desconhecido chamou-a pelo nome na rua e disse que ela seria presa e que na prisão iria conhecer as mulheres do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que atua a partir dos presídios paulistas.

De acordo com a delatora, criminosos armados ou seus representantes compareciam à rede da Dersa, no Itaim, em São Paulo, para receber as indenizações. O dinheiro vivo era acondicionado em caixas e mochilas. A maioria dos beneficiados não assinava os recibos comprovando o pagamento do dinheiro, segundo o depoimento.

A testemunha foi condenada neste mesmo processo que Paulo Preto junto a outros réus, mas de acordo com o defensor, sua prisão domiciliar foi convertida em pena restritiva de liberdade, onde o condenado perde temporariamente alguns direitos como ser contratado ou prestar serviço para o poder público, tirar passaporte, viajar para fora do país e sair da cidade sem comunicar às autoridades com antecedência, entre outras restrições.

Conta de luz aumenta com bandeira tarifária amarela a partir de julho

A conta de energia ficou mais cara a partir desta segunda-feira (1). Com a bandeira tarifária amarela, as cobranças terão um acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora consumidos, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em comunicado divulgado na última sexta-feira (28).

O adicional retorna às contas após a autoridade reguladora ter definido bandeira verde em junho, situação em que não é cobrado acréscimo nas contas. No comunicado, a Aneel justificou a bandeira amarela pelo fato de julho ser um mês “típico da seca nas principais bacias hidrográficas do país”.

“A previsão hidrológica para o mês sinaliza vazões abaixo da média histórica e tendência de redução dos níveis dos principais reservatórios. Esse cenário requer o aumento da geração termelétrica, o que influenciou o aumento do preço da energia (PLD) e dos custos relacionados ao risco hidrológico (GSF) em patamares condizentes com o da Bandeira Amarela”, justificou a agência.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado, de acordo com a Aneel, para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. O funcionamento das bandeiras tarifárias tem três cores – a verde, a amarela e a vermelha (nos patamares 1 e 2) –, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração.

MP-RJ denuncia o segurança que estrangulou jovem em supermercado por homicídio doloso

O segurança que estrangulou um jovem em um supermercado da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em fevereiro, foi denunciado por homicídio doloso, quando há intenção de matar.

Davi Ricardo Moreira Amâncio e Edmilson Felix Pereira – outro segurança do estabelecimento, foram denunciados pelo mesmo crime pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

Segundo o Ministério Público, Edmilson observou enquanto Davi estrangulava Pedro Henrique de Oliveira Gonzaga e não tomou qualquer atitude, mesmo também sendo

segurança. A denúncia do MP também afirma que Davi assumiu o risco de matar Pedro Henrique de Oliveira Gonzaga ao estrangulá-lo.

Depois do estrangulamento o rapaz acabou morrendo no Hospital Lourenço Jorge, também na Barra da Tijuca.

A ação dos seguranças foi registrada em um vídeo, que viralizou nas redes sociais. As imagens mostram o vigilante Davi Amâncio em cima do jovem, já aparentando estar desacordado. Pessoas no entorno tentam convencer o segurança a liberá-lo, mas sem sucesso.



Pedro foi estrangulado por um segurança de um mercado em frente à sua mãe

Reajustes salariais ficaram abaixo da inflação no mês de maio, aponta tabela Fipe

Os reajustes salariais ficaram abaixo da inflação em maio, pela primeira vez em mais de 3 anos, conforme dados do Boletim Salarímetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O levantamento da Fipe é feito com base no reajuste mediano negociado em acordos coletivos e convenções coletivas e a inflação medida pelo INPC no acumulado dos últimos 12 meses.

Segundo o estudo da Fipe, a inflação acumulada de maio foi 5,1% e o aumento mediano foi 5,0%. Das negociações, apenas 20,4% resultaram em aumentos reais.

A Fundação aponta ainda que, com a projeção da inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para junho, de 4,8%, não resta muito espaço para novos aumentos reais.

Em maio, o piso salarial mediano negociado foi a R\$ 1.232 (23% acima do salário mínimo, que é de R\$ 998). No acumulado de janeiro a maio, o piso foi de R\$ 1.147, e nos últimos 12 meses, ficou em R\$ 1.200.

De acordo com a Fipe, os reajustes reais perderam o fôlego nos primeiros meses do ano. Em janeiro, o reajuste real mediano foi de 0,6% e passou a cair para 0,4% em fevereiro, para 0,1% em março até zerar em abril e vir negativo em maio.

O levantamento aponta ainda para a queda no número médio de negociações por sindicato a partir de 2017, quando entrou em vigor a reforma trabalhista. Em 2016, foram 8,5, em 2017 caiu para 8,4, e em 2018, foram 7,6 em 2018.

MP que sabota organização de sindicatos perde validade



Manifestação reuniu cerca de 15 mil servidores na capital do Paraná Servidores tomam as ruas no Paraná e exigem imediata reposição salarial

Caravanas de todo o estado do Paraná levaram cerca de 15 mil servidores públicos a Curitiba nesta segunda-feira (01), que se reuniram em manifestação contra o congelamento dos salários que se estende há mais de três anos.

O ato teve início às 9h na Praça Santos Andrade e seguiu em direção ao Palácio Iguacu, sede do Governo Estadual. Os servidores estão em estado de greve por tempo indeterminado desde o dia 25 de junho.

A manifestação foi convocada pelo Fórum de Entidades Sindicais (FES) do Paraná em resposta à falta de diálogo do governador Carlos Massa Ratinho Júnior (PSD) que cancelou uma reunião com o funcionalismo horas antes do horário marcado, na última quarta-feira (26).

A categoria denuncia que durante a campanha eleitoral de 2018, o então candidato e atual governador, Ratinho Jr. (PSD), dizia que trabalharia para garantir a reposição salarial do funcionalismo uma vez que "quem toca os governos são nossos servi-

dores" e que "os servidores públicos já se sacrificaram demais nesses últimos três anos" (sabatina com os candidatos ao vivo - Gazeta do Povo 12/09/2018), mas que agora recusa-se a negociar com a categoria.

Naquele momento, Ratinho Jr. que era deputado estadual, afirmou que trabalhava para garantir a reposição salarial dos servidores em 2,7%, ainda para o ano de 2018, reposição essa que não aconteceu e, agora como governador eleito, não apresentou nenhuma proposta para a categoria.

O funcionalismo reivindica um reajuste de 4,94% como reposição salarial dos últimos 12 meses. De acordo com o FES, as perdas acumuladas desde 2016 já chegam a 17%.

"Nós queremos que o governador cumpra com seus compromissos de campanha e negocie com o servidores, pagando o que lhes deve, assim como ele prometeu durante as eleições do ano passado", disse Hermes Silva Leão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná

(APP-Sindicato).

Após a manifestação, os servidores ocuparam as galerias da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em protesto contra a demora do governador em apresentar uma proposta.

Durante as intervenções dos deputados, os servidores se manifestavam com a palavra de ordem "Data-base já! Data-base Já!".

Os trabalhadores também montaram um acampamento em frente ao Palácio Iguacu, sede do Governo.

"É mais uma medida que estamos tomando. A greve acontece porque o governo se nega a dar respostas para a categoria. O acampamento será mais uma forma de pressão", disse Hermes Leão.

"Continuamos aguardando o governador Ratinho Junior nos receber. Ele disse que faria isso em um dos atos do seu governo. Já se passaram seis meses e nada. O funcionalismo não abre mão da reposição da inflação. Não estamos pedindo aumento, apenas o que é nosso direito", ressaltou.

Fabricante da marca Deca fecha unidade em São Leopoldo, no RS, e demite 480

A Duratex, fabricante da marca de louças e metais Deca, fechou sua unidade em São Leopoldo (RS), levando à demissão de 480 funcionários.

A confirmação do fechamento da fábrica foi anunciada nesta segunda-feira (1) por meio de nota.

A empresa não anunciou o número exato de demissões, afirmando que parte dos funcionários seria transferidos para outras unidades. No entanto, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Vidros e Cerâmicas do Rio Grande do Sul (STIVIDRO-RS), que acompanhou as demissões desde o início do dia, as dispensas atingiram todos os empregados.

"A empresa demitiu todos os funcionários registrados na Duratex de São Leopoldo, de gerente a auxiliar de limpeza.

Se vão ser reaproveitados, é com novo cargo, novo salário", afirmou o presidente da entidade, Clecio Ramiro de Lara.

Segundo Clecio, considerando os familiares, duas mil pessoas serão atingidas pelo encerramento das atividades no município.

"A fábrica estava fechada, o forno desligado, então, nem adiantava mais querer fazer nenhum tipo de manifestação. Fiz pedido para a empresa, não sei se vou ser atendido, de manter até o fim do ano a cesta básica e o plano de saúde", destacou.

Além da Deca, a Duratex é fabricante das marcas Hydra, Ceusa, Durafloor e Duratex. A unidade de São Leopoldo estava em funcionamento desde 1981.

O presidente do Sindivíduos-RS, Rafael Ribeiro, que representa as indústrias tam-

bém lamentou o fechamento da unidade em nota:

"O Sindivíduos-RS lamenta o encerramento das atividades da planta de São Leopoldo de seu associado DURATEX. A empresa, fundada em 1950, possuía unidade produtiva no município gaúcho desde 1981, onde trabalhavam atualmente 480 colaboradores".

"Com a saída de mais uma atividade fabril de nosso Estado, segue o movimento de desindustrialização do Rio Grande do Sul, resultado de décadas de políticas incorretas de nossos governantes. Nesse momento de reavaliação de políticas e de reformas, nossos líderes precisam ocupar-se tão somente com o resultado de suas escolhas para o povo gaúcho e brasileiro, e não para seu capital político", afirma a entidade.

MP 873 colocava em risco existência das entidades sindicais, enfraquecendo a luta por direitos nas negociações coletivas

A Medida Provisória 873/2019, que impedia o desconto da contribuição sindical em folha, não foi votado no Congresso Nacional e teve seu prazo de validade expirado nesta sexta-feira.

A medida previa que a contribuição passasse a ser feita via boleto bancário e com expresso consentimento individual do trabalhador, com o objetivo de minar os recursos financeiros das organizações sindicais e limitar sua atuação.

Desde sua edição, a MP foi considerada inconstitucional e rejeitada em diversas instâncias da Justiça. A Juíza do Trabalho, Patrícia Pedrosa Souto Maior, em decisão interlocutória, afirmou que: "Referida medida provisória a meu ver viola a liberdade sindical, seja sob a perspectiva da liberdade dos trabalhadores de contribuir voluntariamente com a organização sindical ao qual se associaram (arts. 5º, XVII c/c 8º, IV, da CF), seja sob a perspectiva da vedação da interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical (art. 8º, I, da CLT)".

A Juíza Laís Durval Leite, da 2ª Vara da Justiça Federal de Rondônia, também declarou inconstitucional a MP, afirmando que "é possível concluir pela inconstitucionalidade material da Medida Provisória 873/2019, na medida em que viola frontalmente o inciso IV do art. 8º da Constituição Federal". E descreve: "Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: (...) IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo

da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;"

Em nota, as Centrais Sindicais consideraram que a não votação da MP foi fruto da mobilização dos trabalhadores e pode ser considerada uma vitória: "As centrais sindicais consideram a mobilização vitoriosa com o arquivamento da nefasta Medida Provisória 873, que tem como principal objetivo enfraquecer e destruir o movimento sindical".

"Vale ressaltar que a MP 873 quer asfixiar os sindicatos economicamente, ferindo, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil na OIT (Organização Internacional do Trabalho) que garantem o respeito à autonomia e a liberdade sindical colocando em risco a existência das entidades de classe e enfraquecendo a luta dos trabalhadores e enfraquecendo as negociações coletivas que buscam melhores salários e condições dignas de trabalho".

"A articulação e a luta das entidades sindicais, juntamente com os parlamentares, comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, foram fundamentais e determinantes para que a MP 873 não conseguisse o apoio necessário perdendo, assim, a validade nesta sexta-feira (28 de junho)".

"É importante ressaltar que todos os trabalhadores que se beneficiam de convenções coletivas negociadas pelos sindicatos devem contribuir para que a entidade que os representa continue estruturada para atuar não só para conquistar direitos, mas para garantir a manutenção dos direitos conquistados ao longo de anos de luta", ressalta a nota.

Centrais: "Nossa mobilização é para barrar essa PEC que ataca as aposentadorias"

As Centrais Sindicais se reuniram na sexta-feira (28) em São Paulo, e confirmaram o Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Previdência, no dia 12 de julho.

Além de atos e atividades espalhadas por Brasil, os sindicalistas se unirão à mobilização que a União Nacional dos Estudantes (UNE) fará em Brasília em defesa da Educação e contra a reforma da Previdência, na mesma data.

As Centrais também decidiram intensificar a coleta de assinaturas no abaixo-assinado das entidades contra a PEC 6, que será entregue aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, no dia 13 de agosto.

"O balanço da Centrais foi bom e valorizou as negociações conduzidas em Brasília durante a semana. O objetivo agora é intensificar ainda mais os trabalhos", disse João Carlos Gonçalves (Juruna), secretário-geral da Força Sindical.

O Secretário-Geral da CUT, Sérgio Nobre, afirmou que "as informações

são que o governo não tem os votos que precisa para aprovar a reforma da Previdência e por isso temos que lutar voto por voto. E este é o momento de pressionar os parlamentares nas suas bases eleitorais para que digam não a esta proposta de Bolsonaro".

As Centrais lançaram uma nota em que reafirmam o posicionamento contrário ao relatório substitutivo sobre a Reforma da Previdência do deputado Samuel Moreira (PSDB), que tramita no Congresso Nacional, e convocam estado de mobilização permanente, mesmo durante o recesso do Congresso que começará no dia 18 de julho.

"Eventuais alterações no relatório não mudam o fato que a reforma criará dificuldades absurdas para os trabalhadores se aposentarem. Na prática, será o fim do direito à aposentadoria e dos direitos previdenciários. Portanto, a tarefa das centrais é se mobilizar para barrar este ataque", afirmou o dirigente da CSP-Conlutas, Atnágoras Lopes.

Fiscais condenam corte de 90% das normas de segurança do trabalho defendido por Bolsonaro

Chefes da auditoria fiscal do trabalho de todo o país saíram em defesa das Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho, diante do anúncio do governo de que vai reduzir as normas em 90%.

Em manifesto dirigido ao secretário de Trabalho, Rogério Marinho, os fiscais, que são funcionários do próprio governo, alertam para a falta de transparência e critérios técnicos com que as mudanças estão sendo elaboradas e para a preocupação diante da insegurança, da saúde e da vida dos trabalhadores que essa revisão pode acarretar.

"Em um país onde a cada 49 segundos ocorre um acidente de trabalho e a cada 3 horas e 38 minutos um trabalhador morre por acidente do trabalho, a flexibilização das normas de segurança e saúde representa um retrocesso inadmissível e traz enorme preocupação", diz o documento.

Ao falar sobre a redução das normas em rede social no início do mês, Bolsonaro usou mais uma vez o argumento dos altos custos do emprego no Brasil, e falou as palavras de sempre quando o negócio é tirar direitos dos trabalhadores: "simplificar e desburocratizar".

"Há custos absurdos [para as empresas] em função de

uma normatização absolutamente bizantina, anacrônica e hostil", disse Bolsonaro.

O Brasil ocupa a 4ª posição no ranking mundial de acidentes de trabalho, segundo o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fiocruz.

O documento cita que, conforme dados da Previdência Social, foram registrados 4,5 milhões de acidentes entre 2012 e 2018, com mais de 16 mil mortes. Dentre os acidentes registrados, encontram-se mais de 60 mil fraturas e mais de 38 mil amputações.

Afirmando que reduzir as Normas Regulamentadoras significa restringir a atuação do Estado e dos Auditores Fiscais do Trabalho na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, o documento reitera que "não é possível efetuar a revisão das NR em três meses, sem prejuízo ao tripartismo e sem comprometer a qualidade dos resultados".

"Não é compreensível tal aceleração nesse processo, que dificulta a consulta de empregadores e trabalhadores às suas bases, necessária para identificar as necessidades de ajustes e elaboração de propostas, comprometendo também a devida análise técnica e manifestações dos Auditores Fiscais do Trabalho", afirmam os técnicos.



Entre 2012 e 2018 foram registrados 4,5 milhões de acidentes de trabalho



Arquivo Força Sindical

Siqueira: “Bolsonaro quer arrancar refinarias da Petrobrás para doá-las a estrangeiros”

Em entrevista ao HP, Fernando Siqueira diz que nenhuma grande petroleira no mundo se desfaz de suas unidades de refino, que são as partes mais rentáveis desses conglomerados

O governo anunciou na sexta (28), através da diretoria da Petrobrás, a primeira fase do seu plano de entrega das refinarias brasileiras, com o qual Bolsonaro e seu preposto na estatal, Roberto Castello Branco, pretendem repassar à iniciativa privada, de preferência estrangeira, metade da capacidade nacional de refino. Neste primeiro momento, serão colocadas à venda quatro unidades que pertencem à Petrobrás.

As quatro unidades da Petrobrás que o governo pretende expropriar da estatal para torrar a preço de banana têm capacidade para refinar 879 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a quase 40% da capacidade nacional de refino. Faz parte do grupo a ser vendido a mais nova refinaria da Petrobrás, a Rnest (Refinaria Abreu e Lima), que está recebendo investimentos públicos e deve duplicar sua capacidade, dos atuais 130 mil para 260 mil barris por dia.

As demais refinarias, que se depender da intenção do governo Bolsonaro, serão desnacionalizadas, são a de Minas Gerais (Regap) e Manaus (Rman), a unidade de industrialização de xisto no Paraná, e a fábrica de lubrificantes Lubnor, no Ceará.

Para Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), essas vendas trarão consequências muito ruins para o país e para a Petrobrás. Siqueira argumenta que nenhuma grande petroleira no mundo se desfaz de suas unidades de refino, que são as partes mais rentáveis desses conglomerados. “Quando o barril de petróleo se depreciou e chegou a custar apenas US\$ 40, quem salvou o fluxo de caixa da estatal foi o setor de refino”, disse ele. “Vender as refinarias significará um golpe na saúde financeira da Petrobrás”, acrescentou o engenheiro. Para Siqueira, o país inteiro deve se mobilizar para paralisar esse processo criminoso. Leia abaixo a entrevista completa que Fernando Siqueira deu à Hora do Povo.

HP: Quais serão as consequências para a empresa e para o país da venda das refinarias da Petrobrás, como acaba de anunciar o governo?

Fernando Siqueira: As consequências serão as piores possíveis. Principalmente para a saúde financeira da empresa. O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, disse que a estatal precisaria ter apenas 50% do total da capacidade de refino. Que isso seria razoável. Hoje ela tem praticamente 100% do refino. Nenhum grupo privado fez investimentos significativos em refinarias no país. Desde Getúlio, grande parte dos investimentos no parque de refino foram feitos pela Petrobrás. O Brasil refina hoje 2,5 milhões de barris de petróleo por dia, que é, na verdade, toda a sua capacidade de refino. Ou seja, para ampliar o refino, é necessário investir em novas refinarias. Estes 2,5 milhões de barris refinados correspondem também hoje praticamente a toda a produção de petróleo do país. Só que as projeções feitas pelo próprio governo são de que o Brasil estará produzindo 5,2 milhões de barris por dia em 2026.

Se fosse sério o que disse o presidente da Petrobrás, eles estariam discutindo com as empresas privadas para que elas investissem na construção de novas refinarias, com vistas a atender à nova capacidade de produção que o país vai atingir. Ou seja, o país precisará dobrar o seu

parque de refino, para que não tenha que exportar o óleo bruto, que agrega menos valor. Não é isso o que eles estão fazendo. Estão querendo vender para os grupos privados, na maioria estrangeiros, as refinarias que já existem. Não estão discutindo nenhum aumento da capacidade de refino. Assim, em 2026, as refinarias só poderão refinar um quarto do que será produzido de petróleo no país”.

HP: Então, na sua opinião, os grupos privados não pretendem investir na ampliação do parque de refino?

Siqueira: Nada disso está sendo discutido. Esses grupos só vão adquirir as empresas prontas. E, mais grave ainda. O governo está colocando à venda as refinarias a preço de banana, como tudo o que está sendo vendido da Petrobrás. Nós fizemos um cálculo dos ativos vendidos por Pedro Parente, que renderam aos cofres da Petrobrás US\$ 18 bilhões, e chegamos à conclusão de que o prejuízo causado pela queima indiscriminada desses ativos chega a R\$ 200 bilhões.

HP: Este é então apenas um ataque à Petrobrás. São medidas que visam reduzir sua capacidade financeira?

Siqueira: É isso mesmo. Nenhuma grande empresa de petróleo no mundo se desfaz de suas subsidiárias. As atividades subsidiárias, como refino, transporte, distribuição de combustíveis e outras, aumentam a lucratividade da empresa. O lucro das refinarias é três vezes maior do que o lucro da produção e venda de óleo bruto. Quem garantiu o movimento de caixa da Petrobrás quando o preço do petróleo caiu foi o refino. É assim que funciona em todo o mundo, quando um setor está em baixa, o outro está em alta e compensa a perda.

HP: Com a Petrobrás isso também ocorre?

Siqueira: Só para você ter uma ideia. Quando o barril de petróleo chegou ao seu nível mais baixo, quando era vendido a US\$ 40, foram as subsidiárias que garantiram o fluxo de caixa da estatal. As atividades desses setores são rentáveis. É isso que eles querem passar para os grupos privados. É a sua rentabilidade e a sua lucratividade que serão entregues de mão beijada. Não haverá investimentos novos. Não haverá ampliação da produção. São negociatas, feitas apenas para privilegiar esses grupos.

HP: A venda de ativos não tem como objetivo abater a dívida da empresa?

Siqueira: A nova diretoria da estatal argumenta que a venda da distribuidora faz parte do projeto de desinvestimento, que visa diminuir os prejuízos da Petrobrás nos últimos anos. Esta é outra falácia. A dívida bruta da Petrobrás foi reduzida de US\$ 115 bilhões para US\$ 69 bilhões nos últimos anos. A venda de ativos, além de trazer os prejuízos, por conta do subfaturamento, melhor dizendo, por conta dos preços aviltados com que estão sendo vendidos, não contribui de forma significativa para a redução da dívida. Do total da redução, 75% correspondem à atividade das subsidiárias. A dívida foi abatida principalmente com os lucros obtidos com as subsidiárias, ou seja, com as refinarias, com a venda de derivados, com a distribuição, etc. Apenas 25% da redução



Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) - foto, reprodução. Ao lado, Refinaria Abreu e Lima - Divulgação Petrobrás



segundo a Revista Exame. Além disso, é a única que tem a visão social de levar combustíveis aos recantos mais longínquos do país.

HP: O que você acha que os brasileiros devem fazer para barrar todo esse processo?

Siqueira: Seguir lutando. Nós da Aepet estamos municiando os parlamentares com nossos estudos e análises sobre o processo de desmonta da Petrobrás. Estamos alertando para o significado disso para o presente e o futuro do Brasil. A Petrobrás é uma empresa estratégica que deve ser defendida com toda a nossa força. Precisamos preservar nossa estatal mais importante. Precisamos retomar os investimentos da empresa.

Vale lembrar que a Noruega saiu da condição de segundo país mais pobre da Europa para a condição de melhor índice de desenvolvimento humano do planeta (IDH) apenas com o seu petróleo, descoberto na década de 1970. Para isso, foi criada uma empresa estatal, denominada Statoil, agora chamada Equinor, que hoje atua em mais de 30 países, tendo, inclusive, comprado o campo de Carcará por cerca de US\$ 1,25 por barril. O governo norueguês criou, em 2001, a Petoro, 100% estatal, para gerenciar seus ativos, inclusive petróleo.

Por outro lado, a Nigéria, que descobriu mais reservas do que a Noruega, na mesma época, entregou seu petróleo para a Shell e hoje está na miséria, à beira de uma guerra civil. Algo semelhante ocorre com Angola e Gabão, que também entregaram seu petróleo. Hoje, a Petrobrás comete a insanidade de vender ativos que rendem mais de 20% ao ano, no mínimo, com o objetivo de amortizar dívidas que custam menos de 7% ao ano (NTS, TAG). Pior ainda, vende esses ativos para depois alugá-los, porque são indispensáveis para a empresa. Pior ainda, esses ativos estão sendo comprados por fundos de pensão canadenses, enquanto a Petros, que passa por dificuldades por ter comprado ativos podres, é impedida de participar dos leilões.

SÉRGIO CRUZ

do endividamento se deu pela venda de ativos. Portanto, além de dar prejuízo, a queima de patrimônio só contribuiu com 25% do abatimento da dívida.

Foram vendidos ativos por US\$ 18 bilhões. Esses ativos geram caixa, como os campos de Lapa e Iara. Se não tivessem vendido ativos, haveria o mesmo abatimento da dívida. Estamos fazendo esses cálculos e vai dar mais ou menos a mesma coisa porque os campos de Lapa e Iara são poços produtores de 40, 50 mil barris por dia, então estariam gerando caixa para a Petrobrás. A venda dos gasodutos é outro exemplo de prejuízo. A TAG é uma rede de gasodutos que dá um retorno bastante grande, de R\$ 7 bilhões de reais no ano passado, venderam por um preço irrisório e a Petrobrás vai alugar a rede e pagar durante 30 anos um valor altíssimo desse aluguel, porque há uma cláusula que diz que usando ou não a sua capacidade máxima, você sempre paga por ela.

HP: Por essas medidas anunciadas, então, o Brasil não vai ampliar sua capacidade de refino?

Siqueira: É o que nós estamos vendo. Parece que o plano do governo é obrigar o Brasil a exportar o petróleo bruto, que é mais barato, e deixar de exportar os derivados, que são mais rentáveis. Aliás, quem vai se apoderar dos campos de petróleo e exportá-lo é o cartel. Como eu disse, se vingar esse plano, em 2026, estaremos com apenas um quarto de refino no país. Aliás esse é também o plano do cartel internacional do petróleo. Da Petrobrás eles querem apenas

obter a tecnologia. Vão reduzir as atividades da estatal em todas as áreas. Já estão fazendo isso. Estão reduzindo pessoal. Estão destruindo o Fundo de Pensão dos funcionários da Petrobrás e assim por diante.

HP: Em suma, estão espartilhando a Petrobrás. É isso?

Siqueira: Em 1991, o Banco Credit Suisse First Boston apresentou ao governo Collor um plano de privatização da Petrobrás. Considerando que a Petrobrás era uma empresa emblemática perante a opinião pública, o banco planejou a privatização da empresa via faturamento. O plano era o seguinte: vender primeiramente as subsidiárias existentes e em seguida dividir a holding em unidades de negócio, transformando-as em novas subsidiárias para privatizá-las.

Collor vendeu a Petrofertil, a Petrominas e a Petroquímica, mas o governo Itamar Franco interrompeu o processo. Fernando Henrique retomou o processo em 1995, nomeou Pedro Parente para o Conselho de Administração da Petrobrás (tendo este chegado à presidência) e, junto com Philippe Reichstul, comandaram o processo de desnacionalização da Petrobrás, que culminou com a mudança do seu nome para Petrobrax.

Eles dividiram a Petrobrás em 40 unidades de negócio para transformá-las em subsidiárias e vender. Por exemplo, cada refinaria seria uma unidade de negócio, cada campo produtor seria uma unidade de negócio a ser vendida. O processo se iniciou com a venda da Refi-

ria Alberto Pasqualini (RE-FAP), no Rio Grande do Sul. A privatização seria através de uma troca de ativos com a Repsol da Argentina – a Repsol é uma ex-estatal espanhola comprada pelo cartel do petróleo.

Nessa troca de ativos, visando a privatização, os ativos aportados pela Petrobrás pelo valor de US\$ 500 milhões foram avaliados pela AEPET em US\$ 2,2 bilhões. Já os ativos aportados pela Repsol, dois dias depois, com a crise argentina, foram contabilizados como US\$ 170 milhões e a Petrobrás registrou em balanço um prejuízo de US\$ 330 milhões com a operação.

O Sindipetro-RS, assessorado pela Aepet, entrou com uma ação civil pública contra essa troca de ativos e obteve liminar que, um ano depois, foi estranhamente cassada pelo ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A alegação do presidente foi muito estranha: “Não se pode manter essa liminar, pois as partes já investiram muito nesse processo”. Ocorre que, além de não terem gastado nada, a decisão beneficiou os infratores, que não deram a menor importância a liminar e tocaram o processo como se ela não existisse.

Estamos, portanto, regressando à Era Collor. A Petrobrás pode vender todas as subsidiárias, inclusive as rentáveis, como Liquigás, BR Distribuidora, Transpetro e outras, e perder a sua capacidade de geração operacional de caixa. Ou seja, de pagar suas dívidas.

É bom lembrar que a BR Distribuidora é a segunda maior empresa brasileira,



Crianças imigrantes presas em centros de detenção na fronteira EUA-México. (AFP)

O momento de abolir as prisões de crianças imigrantes é agora

AMY GOODMAN E DENIS MOYNIHAN

O que vemos quando olhamos uma criança nos olhos? Até segunda-feira, quase 350 crianças imigrantes permanecem em condições perigosas e insalubres em um centro de detenção temporário no Escritório de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA, em Clint, no Texas. As poucas pessoas fora da agência que podiam vê-las ficaram absolutamente devastadas. Frente à indignação nacional, a agência levou os pequenos a outros lugares, embora no dia seguinte tenham retornado a uma centena deles às mesmas instalações.

Quem parece concordar com esta prática de aprisionar crianças é o diretor interino de Imigração e Alfândega, Mark Morgan, a quem o presidente Donald Trump acaba de converter em carcereiro chefe desses jovens, nomeando-o também diretor interino do Escritório de Alfândega e Proteção de Fronteiras.

Em janeiro deste ano, Morgan disse ao apresentador da Fox News, Tucker Carlson: “Eu me aproximei desses indivíduos aos que se chama ‘menores’, de 17 anos de idade ou menos, e olhei para eles. Olhei em seus olhos e disse a mim mesmo: ‘Esses são os que em breve serão membros da gangue MS-13’”.

São poucas as pessoas que têm acesso a essas crianças e jovens, por isso é difícil obter informações precisas sobre o seu bem-estar. Warren Binford, professor de direito da Willamette University, fazia parte da equipe jurídica que expôs as condições de Clint. Binford descreveu o que observou em uma entrevista para o Democracy Now!:

“Quando chegamos lá na segunda-feira de manhã, eles imediatamente nos deram uma lista mostrando que havia mais de 350 meninos e meninas nessas instalações. E então, ao avaliar a lista, ficamos desanimados com a quantidade de crianças muito pequenas que estava retida. Havia mais de cem crianças pequenas presas ali. Imediatamente pedimos aos guardas para começarem a trazer os mais novos e também os que estavam lá há mais tempo. Vimos que havia cerca de meia dúzia de mães adolescentes com seus bebês e por isso pedimos aos guardas para que também as trouxessem”.

A equipe conseguiu entrevistar 60 das crianças. O advogado continuou: “Elas estavam doentes. Elas estavam tossindo. Seus narizes escorriam. Elas estavam muito sujas. Imediatamente começaram a descrever o quão famintas se encontravam”. O horror se aprofundava a cada entrevista que fizemos. “Descobrimos que praticamente ninguém cuidava diretamente das crianças, que elas estavam trancadas nessas celas 24 horas por dia. Em muitas dessas celas existem apenas banheiros abertos. Não há sabão, não há maneira de lavar as mãos. Eles estão sendo alimentados com alimentos processados instantâneos. E muitos deles são obrigados a dormir diretamente no chão devido à escassez de camas colchões e espaço para dormir. Os guardas entregaram as crianças para as crianças mais velhas e disseram-lhes que cuidassem delas”.

Binford continuou seu relato: “Depois do segundo dia de entrevistas com essas crianças tivemos uma reunião urgente em meu quarto de hotel. Perguntamos a nós mesmos o que faríamos com isso, porque alguém ia morrer. Então, ligamos para os advogados responsáveis pelo caso, descrevemos o que havíamos visto e perguntamos o que queriam que fizéssemos. E, pela primeira vez em mais de 20 anos fazendo esse tipo de visita, eles nos disseram para entrar em contato com a mídia a fim de tirar as crianças dessas instalações o mais rápido possível”.

Clara Long, pesquisadora da Human Rights Watch, também fazia parte da equipe. Ela relatou para o Democracy Now! o caso de uma menina de sete ou oito anos. “Perguntei: ‘Com quem você cruzou a fronteira?’ E ela respondeu: ‘Com minha tia’. Imediatamente ela começou a chorar tão forte que não conseguia emitir uma palavra sequer. Enquanto eu tento acalmá-la, acariciando suas costas, vejo que tinha uma pulseira marcada permanentemente com as palavras ‘pai estadunidense’ e um número de telefone escrito”.

Clara Long continuou: “Telefones não são permitidos nessas instalações, mas, naquele momento, tanto eu como os outros membros da equipe simplesmente decidimos: ‘Para o diabo. Vamos começar a fazer chamadas telefônicas. Peguei o telefone, disquei o número e me comuniquei com o pai dela. Ele não tinha a mínima ideia de onde sua filha estava retida”. Long afirma que há muitas crianças detidas pelo Escritório de Alfândega e Proteção Fronteira com pais e outros parentes que estão legalmente nos EUA.

O calvário dos imigrantes e requerentes de asilo foi revelado quando o jornal mexicano La Jornada publicou uma foto de um pai e sua filha, salvadorenhos, afogados no Rio Grande. Ainda se podia ver o pequeno braço dela em volta do pescoço do pai. Oscar Alberto Martinez Ramirez, de 25 anos, e sua filha Valeria, de 23 meses. Eles foram arrastados pela correnteza entre Matamoros, México e Brownsville, Texas, depois de haverem tido o pedido de asilo legal rejeitado na fronteira.

Ao responder uma pergunta sobre a foto, Trump foi previsível e culpou os democratas

... É preciso abolir todas as prisões de crianças imigrantes. Agora.

Leia coluna completa em www.horadopovo.org.br

Reunião China-EUA obriga Trump a dar trégua na sua guerra comercial



Xi Jinping e Donald Trump retomam negociações durante a Cúpula do G20

Centrais do Cone Sul: 'Acordo UE-Mercosul é mortal à nossa indústria e aos empregos

Comunicado das Centrais Sindicais do Cone Sul sobre o Tratado de Comércio UE-Mercosul

Considerando a assinatura do tratado de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul alerta aos nossos povos sobre o funesto impacto que este acordo terá para o sistema produtivo da região em geral e, consequentemente, para a classe trabalhadora, tanto com relação a quantidade quanto a qualidade do emprego, além de resultar em situações imprevisíveis de deslocamento social (migrações do campo para a cidade, desemprego industrial em massa).

A entidade, que aglutina 20 centrais sindicais da Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, denuncia também os riscos da “triangulação” de produtos elaborados em países fora do acordo, onde os salários são muito baixos e os direitos trabalhistas mais básicos não são respeitados; e a questão dos serviços estratégicos para o desenvolvimento das nações, entre outros.

A Coordenadora encerra a nota lembrando que apresentou várias vezes para as autoridades de ambos os blocos as principais preocupações para que a negociação avançasse para um verdadeiro acordo que permitisse fortalecer as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre ambas as regiões, capaz de promover o respeito aos direitos humanos, ao emprego digno, ao trabalho decente, ao desenvolvimento sustentável e aos valores democráticos. “No entanto não obtivemos as respostas esperadas, nem uma participação real e efetiva nas negociações, o que motiva nossa absoluta rejeição ao presente acordo, tanto em relação a sua forma quanto a seu conteúdo”, conclui.

FAA descobre nova falha que pode levar os Boeing 737 Max a “mergulhar”

A nova falha foi identificada pela Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA, na sigla em inglês), que decidiu não revelar os detalhes do problema de segurança identificado. O órgão regulador relatou apenas que descobriu um risco potencial que a Boeing precisa resolver.

Contudo, duas fontes próximas à FAA detalhou à Bloomberg que a entidade identificou um erro de processamento de dados que pode fazer o avião executar um movimento de mergulho difícil de ser revertido pelos pilotos em tempo hábil e que o problema foi identificado em testes com simuladores.

A nova falha de segurança encontrada pela FAA, curiosamente, tem efeitos semelhantes ao problema do MCAS, software que teve relação com os acidentes dos 737 Max da Lion Air e

ção dos impostos das cestas de mercadorias: soubemos que a cobertura das ofertas é superior a 90%, o que indica que se trata de um acordo de livre comércio de caráter muito amplo, com liberalização quase total do comércio bi-regional. Além disso, foram negociadas acelerações no ritmo de redução das taxas previsto, ficando a maioria do comércio bilateral compreendido dentro de um período de redução tarifária de menos de 10 anos. Acreditamos que tanto a amplitude da cobertura quanto a finitude dos períodos de redução dos impostos atentam contra uma transição ordenada dos setores produtivos em direção a uma situação de livre comércio bi-regional, que poderia ter impactos substanciais tanto na quantidade quanto na qualidade do emprego em ambas as regiões, assim como resultar em situações imprevisíveis de deslocamento social (migrações do campo para a cidade, desemprego industrial em massa).

Regras de origem flexíveis: sabemos que estão sendo negociadas regras “flexíveis” para a determinação da origem dos produtos, com o objetivo de poder usar insumos importados de países terceiros. Esta “flexibilidade” acarreta um alto risco de “triangulação” de produtos que são desenvolvidos principalmente em países alheios ao acordo, de baixíssimos salários e onde não são respeitados os direitos trabalhistas mais básicos, e que com um processamento ou rotulagem mínimos poderiam desfrutar dos benefícios das preferências concedidas.

Serviços estratégicos para o desenvolvimento de nossas nações: preocupamo-nos a inclusão na negociação de alguns setores de serviços que são estratégicos para o desenvolvimento...

Leia o Comunicado completo em www.horadopovo.org.br

A Boeing reconheceu o novo problema apontado e informou que, em atendimento à solicitação da FAA, implementará as correções necessárias juntamente com as atualizações de software que estão em preparação há oito meses.

Ainda de acordo com a companhia, a linha 737 Max só será submetida à certificação pela FAA quando todos os requisitos necessários para isso forem cumpridos.

Em nota, a FAA disse que continuará a avaliar as modificações no MCAS do modelo 737 Max e a desenvolver treinamentos necessários para operar a aeronave. “A FAA vai revogar a proibição quando nós acreditarmos ser seguro”, enfatizou o comunicado.

O voo de certificação estava marcado para 8 de julho, mas, por conta da recente descoberta, deverá ser adiado.

Além da trégua em relação a novas tarifas contra a China, como vinha ameaçando até às vésperas do G20, Washington recuou parcialmente no bloqueio à gigante Huawei

Com o anúncio, por EUA e China, da restauração da trégua na guerra comercial (e tecnológica), encerrou-se no sábado em Osaka, Japão, a cúpula do G20. A trégua, sem prazo definido de duração, foi a principal decisão saída da reunião entre o presidente norte-americano Donald Trump e seu homólogo chinês, Xi Jinping. O comunicado final do G20 refletiu a urgência de salvar o sistema multilateral de comércio.

Conforme advertências do Banco Mundial e do FMI, a guerra comercial está sendo afetada as cadeias globais de suprimento. Portanto, algum nível de alívio se transformara na principal questão da cúpula.

O anfitrião, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, chamou a reunião a enviar uma “mensagem forte” sobre a manutenção e fortalecimento do sistema de comércio “livre, justo e não-discriminatório”. A trégua havia sido suspensa em maio por Trump, após tentativa frustrada de impor ditames à China, que teriam inclusive de ser incrustados na própria constituição chinesa, e de frear o programa chinês de alta tecnologia.

Ao mesmo tempo, Washington recua parcialmente no bloqueio à gigante chinesa das telecomunicações, Huawei, e não impõe novas tarifas sobre as importações da China, como voltara a ameaçar nas vésperas do G20. Em contrapartida, a China se comprometeu em adquirir mais bens agrícolas norte-americanos de uma lista trazida por Trump, cujas bases eleitorais no campo vivem uma grande crise devido à suspensão das compras chinesas de soja e outros produtos.

As consultas entre as duas partes deverão se reger “pela igualdade e respeito mútuo” e os dois presidentes “concordaram em avançar um relacionamento China-EUA com características de coordenação, cooperação e estabilidade”, registrou a agência de notícias Xinhua.

Pelo seu lado, Trump asseverou que o diálogo com a China está “de volta ao caminho certo” e considerou que sua reunião com Xi “ainda melhor” do que esperava. “Se conseguirmos chegar a um acordo, será um evento histórico”, acrescentou.

Continuam as sobretaxas mútuas já em vigor, sobre US\$ 200 bilhões em importações provenientes da China e, de forma espelhada, sobre US\$ de 60 bilhões de importações desde os EUA. Quanto à Huawei, o recuo é parcial, uma “moratória da aplicação” segundo Trump, sobre “equipamentos que não representam um grande problema para a segurança nacional”. Estão também mantidas a lista negra de Trump de empresas chinesas e a equivalente, de Pequim.

MULTILATERALISMO

Formado pelas 19 maiores economias do mundo, mais a UE, no final da década de 1990 para coordenar uma resposta multilateral a uma série de crises financeiras globais, foi com o crash de 2008 que o G20 assumiu o peso que tem atualmente, ao ter sido um instrumento essencial para conter a maior crise econômica mundial desde 1929.

A cúpula de Osaka ocorreu em um clima de grande expectativa, sob risco de a guerra comercial lançada contra a China ser estendida pelo governo Trump a outros países – inclusive a Europa – e um frenesi de sanções, abaixo de variados pretextos, aos quais se somam as complicações trazidas pela saída unilateral dos EUA do acordo nuclear com o Irã e pelas provocações

contra petroleiros no Golfo Pérsico. Em seu comunicado final, a cúpula de Osaka, convocou todos a criarem um ciclo virtuoso de crescimento e reiterou seu compromisso com a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) e com um ambiente de comércio e investimentos “livre, justo, não discriminatório, transparente, previsível e estável”, bem como com o meio ambiente e o Acordo de Paris.

Em nome da União Europeia, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, afirmou que o “multilateralismo está no DNA da Europa”. O plano de investimento em infraestrutura da China, o Cinturão e Estrada (Nova Rota da Seda), um plano Marshall em escala maior para integrar economicamente a Eurásia, com portos, links de internet de alta velocidade, ferrovias de alta velocidade, estradas e centros de produção, não era parte da pauta mas pairou sobre a cúpula.

PRIVILÉGIO EXORBITANTE

O regime Trump tem buscado descrever como “protecionismo” o que não passa de uma política agressiva de sua parte para submissão do mundo inteiro ao seu diktat, para imposição dos interesses dos carcomidos monopólios norte-americanos, unilateralmente, sob mira de armas nucleares, extraterritorialidade de suas leis internas e uso do ‘exorbitante privilégio’ do dólar.

E da cínica alegação de que as normas da OMC – impostas por Washington no processo de ‘globalização’ pós-‘vitória da Guerra Fria’ – prejudicaram a economia norte-americana. Processo no qual um dos traços centrais foi a transferência a rodo para o exterior de fábricas norte-americanas, para tirar proveito além-mar dos baixos salários, manter o arrocho doméstico e aumentar os lucros.

Como nas alucinadas declarações de Trump à Fox News, de que “quase todos os países deste mundo tiram uma tremenda vantagem dos Estados Unidos”. Na entrevista, além da China ele acusara também o Vietnã, a Europa e o Japão. O Vietnã é “o único pior agressor de todos”. A Europa “nos trata pior que a China”. O Japão é ingrato porque “se o Japão for atacado ... nós lutaremos a todo custo, certo? Mas se formos atacados ... eles podem assistir o ataque em uma televisão da Sony”.

Chantagem que se torna indistigável quando tudo vira alvo da “segurança nacional” debaixo do “Make America Great Again”, para fins de decretação de sanções e de tarifas. Dos carros importados alemães ao 5G chinês, passando pelo aço japonês ou a aquisição turca da defesa anti-aérea russa S-400 ou ainda o gasoduto Nord Stream 2 no Báltico.

Questão abordada com a objetividade costumeira pelo presidente russo Vladimir Putin no início de junho, quando registrou como Estados que antes tagarelavam sobre “competição justa” e “liberdade de comércio”, começaram a falar abertamente “a linguagem das guerras comerciais e sanções, invasões econômicas flagrantes, torção de braço, intimidação, eliminação dos concorrentes por meio dos chamados métodos não-mercantis”.

Em seu discurso no G20, o presidente Xi havia se apresentado como o campeão da luta pelo multilateralismo e anunciado novas medidas para relações internacionais ganha-ganha.

ANTONIO PIMENTA

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Os escravos na Conjuração Baiana de 1798 (4)

Continuação da edição anterior

As condenações variaram, mas todas as cinco se afirmaram exageradamente severas, outro toque que lhes revela o caráter de advertência, de intimidação

LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES*

José Félix dizia ter acompanhado Tomás de Faria numa viagem entre Cansação e Cachoeira, em junho de 1798, e que depois disso ele o procurara na cidade do Salvador, ocasião em que lhe declara o propósito de ajudá-lo. Por isso lhe dera para guardar o dinheiro que já possuía para a sua alforria: 100\$000. Tivera recibo, datado de 28 de junho de 1798, e ainda indicava possível testemunha: a meretriz branca em cuja casa estivera com Tomás de Faria. Contudo, não obstante diligências feitas até no alto sertão, nada se descobriu desse Tomás de Faria. Mas deve-se observar que o desembargador Costa Pinto não fez qualquer indagação a Francisco Vicente Viana; ele deveria saber ao menos da viagem do seu escravo. De resto, o desembargador Costa Pinto estabeleceu silêncio sobre declarações de José Félix que se fossem aprofundadas poderiam levar à “*Pessoas Principaes*” que teriam estimulado Lucas Dantas de Amorim Torres e Manuel Faustino dos Santos Lira para os convites que fizeram a pardos forros e escravos “*para hum levante*”.

Defendendo o escravo José Félix da Costa, José Barbosa de Oliveira argumentou que não havia qualquer prova de sua participação entre os “*confederados no crime da sublevação*”. Mostravam os autos, isso sim, que ele soubera que se pretendia formar “*hum levante*”, conforme os convites de Lucas Dantas e Romão Pinheiro. Mas ele não os aceitara. No entanto, só se capacitara da gravidade da situação ao se aconselhar com dois oficiais militares seus conhecidos. Depois falara com o seu senhor e fora conduzido à presença do governador e ficara preso. Em conclusão, o advogado José Barbosa de Oliveira pediu que se diminuísse sua pena – já se sabia então que era deportação para a África – alegando sua ignorância.

O escravo sapateiro Luís Leal

O escravo sapateiro Luís Leal foi outro que logo no primeiro interrogatório reconheceu saber o motivo de sua prisão: um convite do soldado Romão Pinheiro. Escravo de Manuel José Vilela de Carvalho, Luís Leal era natural de Alagoas, filho de pardo forro, já morto, e de parda escrava ainda viva. Ele sabia ler e escrever. Tinha 26 anos e o ofício de sapateiro. E conhecia Romão Pinheiro no dia em que o acompanhara com outros soldados para identificar um soldado que andava “*vadeando*” e devia ser preso, o que fizera atendendo ordens do seu senhor.

Contou que o encontro e conversa com o soldado Romão Pinheiro se dera no final da tarde de 24 de agosto, na casa do seu senhor, aonde exercia o seu ofício de sapateiro. Romão Pinheiro lhe teria falado que ele “*e muitos outros*” tinham acertado “*fazer um insulto*” (Luís Leal não soube precisar se a palavra utilizada foi insulto ou impulso) com o qual “*muita gente*” ficaria feliz, mas que os planos iniciais estavam alterados com a prisão do soldado Luís Gonzaga das Virgens e Veiga. Por isso, a nova decisão era antecipar a ação antes que Luís Gonzaga falasse. Romão Pinheiro teria continuado por essa linha até chegar ao convite para uma “*ação em que podia ser feliz*”, sobretudo por ser escravo. Mas Luís Leal recusara. Ele depois que pedira ao soldado que se retirasse, declarando-lhe até que “*vivia contente*” com o seu viver de

escravo. Contudo, dias depois ligou esse convite às prisões “*por causa de hum levantamento, que se projectava fazer nesta cidade*”. Relatara, então, ao seu senhor o que acontecera e fora preso.

Interrogado pelo desembargador Costa Pinto, manteve-se no que declarara, a vista do que o responsável pela devassa não gastou tempo com ele. Mas o incluiu entre os acusados. Em sua defesa, o advogado José Barbosa de Oliveira firmou-se que Luís Leal era “*absolutamente isento de qualquer culpa*”, essa defesa facilitada por declarações de Lucas Dantas e Manuel Faustino, que não reconheceram no escravo sapateiro um participante ou como um dos “*rapazes da sociedade*”.

O escravo cabeleireiro Felipe Néri

Também esse preso era escravo de Manuel José Vilela de Carvalho. E sucedeu-lhe, também, como ao escravo Luís Leal, depor contra um acusado. No seu caso, depôs contra João de Deus do Nascimento.

Pardo, de 25 anos, ele declarou que na manhã de 25 de agosto passava pela rua Direita da Misericórdia quando ali encontrou João de Deus. Logo o mestre alfaiate o abordou perguntando se ele queria ir “*a huma função*” naquela noite. Quis saber de que e onde. João de Deus teria informado “*que era huma função de raparigas na fonte das pedras*”, ao que ele recusara, alegando que o seu senhor não lhe permitia sair à noite. No entanto, no dia seguinte a esse encontro, ao saber que o mestre alfaiate fora preso “*por andar convidando algumas pessoas para hum levante*”, relatou a Manuel José Vilela de Carvalho o que se passara, seguindo-se daí a sua prisão.

José Barbosa de Oliveira o classificou “*isento de culpa*”.

O escravo alfaiate Cosme Damião Pereira Bastos

Escravo de aluguel, alfaiate, o pardo Cosme Damião Pereira Bastos era filho de homem branco, ainda vivo, e de escrava já falecida. Seu senhor, Joaquim Pereira Bastos, o alugava. Como declarasse ter 21 anos, o desembargador Costa Pinto nomeou seu curador o bacharel José Teixeira da Mata Bacelar, comportando-se este como nos outros casos: limitou-se a compor a formalidade processual; não o defendeu.

Cosme Damião começou negando. Não sabia o motivo de sua prisão; não tinha sido convidado para qualquer levante ou reunião. Mas o desembargador Costa Pinto o apertou, insistiu e revelou o quanto já conhecia de suas ligações com Manuel Faustino e Lucas Dantas. Dessa forma, o escravo Cosme Damião reconheceu sua “*particular amizade*” com o jovem forro e aprendiz de alfaiate, e depôs que ele tentara persuadi-lo a se preparar “*para entrar em hum levante pela liberdade*”, coisa que não aceitara. Declarou mais que, na manhã de 25 de agosto, Manuel Faustino o convidara para uma reunião no Campo do Dique, e ele voltara a recusar, mas alegara que ia para a vila de São Francisco do Conde. Recordou, também, que, certa feita, Lucas Dantas começou a lhe falar numa romaria para a qual desejava convidá-lo, mas que Manuel Faustino o interrompera, dizendo “*que não o convidasse*”.

Acareado com Manuel Faustino, o aprendiz de alfaiate voltou a confirmar que o convidara “*para hum levante,*



afim de se conseguir a Liberdade”, ao que Cosme Damião resistira, mas só a princípio, porque depois aceitara, motivo do convite que lhe fizera para a reunião no Campo do Dique. Esclareceu, porém, que deixara de entrar em detalhes sobre o levante, seguindo orientação de Lucas Dantas, “*a fim de não saberem todos os que entrassem no levante, de todas as circunstâncias*”... “*e assim se fizeram públicas*”. Aparece aqui uma data precisa para o primeiro convite: 1º de agosto. Antes, portanto, prova nos autos de que ele fosse “*do n. dos principaes tratadores*” ou do “*num. dos confederados*”. Aceitava que ele estivesse na casa de Lucas Dantas, mas destacou que ele não o escutara “*tratar do levantamento*”, além de que, no dia da reunião no Campo do Dique do Desterro, viajara para a vila de São Francisco do Conde.

O escravo de aluguel alfaiate Vicente

E eis que chego ao único africano preso e processado por causa do movimento de 1798. Escravo de aluguel de Bernardino de Sena e Araújo, de ofício, alfaiate. Não sabia os nomes dos pais africanos nem localizou o trecho da Costa da Mina de onde viera escravo para a Bahia. O auto do 1º interrogatório o qualificou mina (em outro auto aparece como jeje), expressão vaga e que não serve para indicar sua tribo de origem, Contudo, muito embora não soubesse escrever o português, ele o falava com algum desembaraço o que pode significar que já tinha tempo de escravo na Bahia.

Alfaiate, trabalhava na oficina do mestre João de Deus do Nascimento, por duas patacas por semana. Note-se: tudo quanto fez na tarde de 25 de agosto – e mesmo o que cumpriu no domingo 19, dia em que levou um recado de João de Deus para o pardo ferrador Joaquim José da Veiga – foi em respeito ao contrato que o alugara e o tornara submisso às ordens do mestre da oficina em que trabalhava. Note-se mais que, talvez por causa de sua condição de escravo africano, não há convites para ele, seja para o levante, seja para a reunião no Campo do Dique do Desterro, à qual, todavia, compareceu, mas atendendo determinação de João de Deus, que a podia fazer porque o alugava.⁸

Suas revelações são igualmente valiosas para a reconstrução do episódio de 1798 grifado como “*reunião no Campo do Dique do Desterro*”. No interrogatório de 29 de agosto, ele narrou que ali estivera seguindo determinação de João de Deus, que o teria retido na sua hora de ir para casa, levando-o então para a praça

do Palácio, onde encontraram o soldado e alfaiate Inácio da Silva Pimentel. Desceram dali para o Guadalupe e encontraram o cabeleireiro e capitão da milícia dos pretos Joaquim José de Santana, com quem foram até o alto do Dique, a uma roça na qual deveriam encontrar outras pessoas. A mando de João de Deus, chegou a ir à beira do Dique, mas não encontrou qualquer pessoa, o que comunicou ao mestre alfaiate e pediu para se retirar. Contudo, no interrogatório de 3 de novembro, modificou essa história. Já agora João de Deus o detém nas Ave Maria e lhe ordena esperar Joaquim José de Santana, a quem devia dizer que fosse “*aparte que elle sabia*”. Seguem-se daí as movimentações da ida para o Campo do Dique. Mas, no essencial, o escravo africano narra o que viu. As oito horas da noite, pediu a João de Deus para se retirar e se retirou.

Os relatos do escravo Vicente revelam que a obediência a João de Deus vinha de sua condição de escravo africano. Com ele não há um só instante de aproximação ou camaradagem como a descrita nos encontros com escravos pardos nascidos no Brasil, mesmo quando as restrições da conspiração não permitiram detalhes a respeito do levante para o qual eram convidados. Veja-se que Manuel Faustino e Cosme Damião eram amigos e que o soldado Romão Pinheiro também era amigo do escravo José Félix. No caso do escravo Vicente, há distância, como na ocasião em que João de Deus, Joaquim José da Veiga, José do Sacramento e Inácio da Silva Pimentel afastaram-se dele para uma conversa que ele não devia escutar, embora reunidos pelos assovios que ele deu a pedido do denunciante Joaquim José da Veiga. Tais comportamentos são intrigantes e merecem análise que escapa à linha deste trabalho. Mas tomo a licença de chamar a atenção para mais esse aspecto – o tratamento dado a um escravo africano – no movimento de 1798. Ele sugere que os partidários fizeram diferenças entre escravo pardo e escravo africano. Ao menos foi assim no exemplo do escravo mina (ou jeje) Vicente. Mas ainda há outra declaração do preto Vicente que aquece a sugestão que estou fazendo. É a que está quando ele depõe que o mestre alfaiate dizia abertamente “*que aborrecia negros*”.

Ao defender o escravo Vicente, José Barbosa de Oliveira destacou que era costume o escravo aprendiz obedecer ao mestre da tenda. Justificou, assim, o escravo Vicente ter acompanhado João de Deus ao Campo do Dique. Mas também destacou que se tratava de “*hum preto rústico, escravo, e ignorante, que por isso não era chamado para couza alguma*”. Quero ressaltar essa frase – toda ela – no contexto da cidade do Salvador daquele final do século XVIII. Como tudo que se refere ao africano

Vicente, pede meditação.

Condenações

Dos escravos pretos e processados, cinco condenados, sem contar o escravo boleiro Antonio José, morto na cadeia. Dos cinco libertados, somente um era dos escravos de José Pires de Carvalho e Albuquerque; seus outros escravos tiveram condenações. O escolhido para voltar ao casarão do Unhão foi o carapina João Pires. Mas ter sido ele libertado das acusações e mandado sair da cadeia não significa que a justiça se tenha feito no seu caso. Em verdade, como em todos os episódios políticos reprimidos no Brasil, seja no período colonial, seja na e no após Independência, a justiça foi sempre o que menos esteve em causa. Com efeito, valeram muito mais as circunstâncias políticas e o imediato – e até o capricho das autoridades repressoras. Os exemplos de 1798-1799 não fogem a essas características.

Os outros três libertados foram: Luís Leal, Felipe Néri, José Pires, o Tobias, e o escravo africano Vicente.

Dos cinco condenados, três eram escravos do Secretário Perpétuo: Luís França Pires, Inácio Pires e Manoel José de Vera Cruz. Por que os escravos Inácio Pires e Manoel José de Vera Cruz? Principalmente, por que o jovem escravo Inácio Pires, reconhecidamente sujeito a crises de perturbação mental? Não tenho resposta para tais indagações. Mas não afasto a possibilidade de existir nessas condenações um aviso a José Pires de Carvalho e Albuquerque, de quem pouco se sabe, não obstante Borges de Barros e Afonso Ruy o terem incluído entre os membros da obscura organização maçônica Cavalheiros da Luz.⁹

Os dois outros condenados foram: José Félix e Cosme Damião Pereira Bastos.

As condenações variaram, mas todas as cinco se afirmaram exageradamente severas, outro toque que lhes revela o caráter de advertência, de intimidação. Dessa forma, os pardos escravos Luís de França Pires e Cosme Damião Pereira Bastos foram deportados para a África, o primeiro para região africana fora dos domínios de Portugal, e o segundo, para Angola. Antes de embarcarem, deviam ser açoitados e depois conduzidos à praça da Piedade para assistirem o enforcamento e esquartejamento de Lucas Dantas de Amorim Torres, Manuel Faustino dos Santos Lira, João de Deus do Nascimento e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, mártires do movimento de 1798.

Os escravos Manoel José de Vera Cruz e Inácio Pires foram condenados ao açoite e ao banimento.

Todas as condenações foram executadas, muito embora o advogado José Barbosa de Oliveira tenha lutado bravamente contra essas e todas as demais, embargando-as três vezes às vésperas das



Capa do livro “Bahia 1798”, de Luís Henrique Tavares. Ilustração de Cau Gomes

execuções. Em todas utilizou notável erudição jurídica. Afirmou e reafirmou a falta de provas materiais e o total desrespeito à legislação vigente, das Ordenações Manuelina e Filipina às Leis Extravagantes, sem deixar de parte a 9ª Carta Régia de 21 de Novembro de 1757, feita por ocasião do famoso levante na cidade do Porto.

* Professor titular da UFBA. A pesquisa para este texto contou com o patrocínio do CNPq. Mantivemos apenas as notas indispensáveis à compreensão do texto.

NOTAS

1 Publicados em épocas distanciadas e sem prévio arranjo das peças processuais, os Autos das Devassas presididas pelos desembargadores Avellar de Barbedo e Costa Pinto estão divulgados nos volumes XLIII, XLIV e XLV dos *Anais da Biblioteca Nacional (ABN)* e nos volumes XXXV e XXXVI dos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia (AARQUEB)*. Os manuscritos utilizados para essas edições se encontram na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Seção do Arquivo Colonial e Provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia.

2 Para maiores informações sobre o movimento baiano de 1798. ver: AMARAL, Braz do, *Conspiração Republicana da Bahia de 1798*. In: *Fatos da Vida do Brasil*. Bahia, Tipogr. Naval, 1941; BORGES DE BARROS, Francisco, *Os Confederados do Partido da Liberdade*, Salvador, imprensa Oficial, 1922; MATTOSO, Katia, *Presença Francesa no movimento democrático baiano de 1798*, Col. Baiana, Editora Itapuã, 1969; RUY, Afonso, *A Primeira Revolução Social Brasileira*, 2ª ed., Bahia, Tipogr. Beneditina, 1951; TAVARES, Luís Henrique Dias, *O Movimento Revolucionário Baiano de 1798* (tese de concurso), Bahia, Imprensa Oficial, 1961: *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*, São Paulo, Pioneira, 1975.

3 ABN, vol. XLV, p. 185-302.

4 grafia dos nomes está atualizada.

5 CALMON, Pedro. *A Casa da Torre*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

6 Esse pardo forro, rapaz de 17 anos, era filho de homem branco, o sargento-mor José da Veiga Sampaio e de escrava já falecida. Possuía escravos e propriedades, como alegou em sua defesa. Mas foi acusado de participação no levante por causa das visitas que fizera ao professor Francisco Moniz Barreto, em companhia de Manuel Faustino. Ver: AARQUEB, vol. XXXV, p. 216-24.

7 Existindo dúvidas, prefiro não identificar esse Ferreiro. Mas o Bolcão deve ser Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, senhor do engenho Desterro e que respondeu a um interrogatório (Ver: AARQUEB, vol. XXXV, p. 256-7).

8 AARQUEB, vol. XXXV, p. 230, item 8: “*tinha todo o domínio nelle*”.

9 BARROS, Francisco Borges de. *Os Confederados do Partido da Liberdade*. Salvador, Imprensa Oficial, 1922; RUY, Afonso, *A Primeira Revolução Social Brasileira*, 2ª ed., Tipogr. Beneditina, 1951.